

Debate Sindical

ANO 12 - Nº 29 - NOVEMBRO/DEZEMBRO/JANEIRO 1998/99 - R\$ 7,50

FHC/FMI O PACOTE DAS MALDADES



O PROJETO DO GOVERNO DE
DESMONTE DOS SINDICATOS

MARCIO POCHMANN ANALISA
O DESEMPREGO NA JUVENTUDE

MANIFESTO COMUNISTA:
UM ESPECTRO DE 150 ANOS

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** O novo quadro político após as eleições
(*João Batista Lemos*)
- 7** A bancada dos sindicalistas no parlamento
(*Lista do Diap*)
- 8** O "pacote das maldades" de FHC e do FMI
(*Altamiro Borges*)
- 12** Reação ao ajuste neoliberal na América Latina
(*Altamiro Borges*)
- 14** As tentativas de privatização do saneamento
(*Elisabeth Tortolano*)
- 16** O aumento do desemprego na juventude
(*Marcio Pochmann*)
- 19** O "pacote das demissões" do governo FHC
(*João Guilherme Vargas Netto*)
- 22** A ofensiva de desmonte dos sindicatos
(*Augusto Petta*)
- 24** A polêmica sobre a crise do neoliberalismo
(*José Carlos Ruy*)
- 30** Imagens da seca e da miséria no Nordeste
(*Fotos de João Zinclar*)
- 32** O fortalecimento do sindicalismo na França
(*Entrevista: Michel Carre e Manoel de Almeida*)
- 35** AMI - o acordo de domínio das multinacionais
(*Umberto Martins*)
- 38** Manifesto Comunista - um espectro de 150 anos
(*José Carlos Ruy*)
- 41** A trajetória da estrutura sindical brasileira
(*Augusto Buonicore*)
- 46** "Economia & Trabalho": leitura indispensável
(*Sérgio Barroso*)
- 50** Resenha de cinco livros
- 57** Carta: A resposta de *Ricardo Antunes*

EXPEDIENTE

A revista *Debate Sindical* é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES).
Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010
Fone/fax: (011) 289-1496

Conselho de Redação:

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Osvaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial

Armando Boito
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luiz Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Revisão

Josenildo Marques
Márcia Almeida

Capa
Big Nel

Diagramação

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento
Editora Parma Ltda.

Observação:

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do CES.

Companheiro (a) sindicalista

Neste final de ano, os acontecimentos no Brasil se sucederam num ritmo mais acelerado. Ocorreram as eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. O governo FHC, logo após o pleito, baixou um pacote econômico recessivo, acordado com o FMI, de efeito devastador. Setores importantes da sociedade, como que num reflexo imediato, ergueram sua voz contra o rumo neoliberal implementado no país. Em síntese, o quadro político nacional é diferente, carregado de tensões e com novas perspectivas para as lutas dos trabalhadores.

No que se refere às eleições de outubro, é possível afirmar que o presidente “rei-eleito” saiu mais fragilizado das urnas. Apesar de vencer no primeiro turno, o que era vital para o projeto destrutivo da oligarquia financeira, o resultado não convenceu. FHC teve o voto de apenas um terço da população – apesar da mudança das regras eleitorais, do monopólio da mídia, da manipulação das pesquisas e até da parcialidade da Justiça. A oposição, por sua vez, saiu do pleito mais unida e decidida na crítica ao neoliberalismo. Elegeu seis governadores e aumentou sua bancada no Congresso.

O quadro político ficou ainda mais adverso para o governo com a imposição do chamado “programa de estabilidade fiscal”. Num típico estelionato eleitoral, ele foi anunciado logo após o pleito. O pacote, acertado nos bastidores com o FMI, comprova o desastre causado ao país pela política neoliberal. Através da recessão escancarada, FHC pretende confiscar os recursos da sociedade para salvar o capital financeiro. Os efeitos serão perversos: aumento abrupto do desemprego, quebra de empresas, maior arrocho do funcionalismo, corte nos já míseros investimentos sociais, etc.

Somado ao resultado eleitoral, o pacote sinaliza um maior desgaste do governo. Prova disto foi a reação imediata dos governadores de oposição – que já contou com a adesão de Itamar Franco –, a crítica incisiva dos bispos e, por razões diversas, a chiadeira de setores do grande empresariado. Na nova fase política que se abre, será indispensável amplitude, para somar todas as forças contrárias ao governo, e muita luta – principalmente. Qualquer vacilação, que queira remendar o pacote, será desastrosa neste momento decisivo. Neste sentido, a CUT e outras centrais adotaram uma postura avançada, chamando os trabalhadores à resistência ativa.

.....

Conforme anunciado no número anterior, a *Debate Sindical* pretende mudar o seu projeto editorial e gráfico. As consultas sobre as alterações prosseguem. Boas idéias já foram coletadas. O objetivo é que a revista apareça de “cara nova” no início do ano. Contamos com as suas críticas e sugestões.

O resultado eleitoral e o pacote econômico do FMI

João Batista Lemos *

Como era de se esperar, o presidente FHC aguardou apenas o resultado das eleições para anunciar as amargas medidas que compõem o pacote econômico previamente negociado com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Este, a seu tempo, há de ser percebido como um autêntico estelionato eleitoral, uma vez que seu resultado mais palpável será a recessão econômica e o aumento do nível de desemprego, em contradição com o principal "compromisso" da campanha pela reeleição, traduzido no demagógico slogan "quem acabou com a inflação vai acabar com o desemprego".

O resultado que FHC, sua equipe e aliados colheram nas urnas não foi tão favorável ao Planalto quanto as pesquisas davam a entender e a própria direita previa. Ele foi reeleito em primeiro turno com o respaldo de um terço do eleitorado, perdendo para a soma de nulos, brancos e abstenções, o que constitui um sinal de descontentamento e oposição latente. A votação nos partidos de esquerda, em contrapartida, foi ampliada, assim como a sua força no parlamento. E o segundo turno do pleito para governadores, com as vitórias de Itamar Franco (MG), Anthony Garotinho (RJ), Olívio Dutra (RS), Zeca do PT (MT) e João Capiberibe (AP), foi realmente indigesto para o governo.

A conclusão, que já se esboça nos conflitos e divergências em torno das medidas encaminhadas ao Congresso Nacional e na ampla oposição da sociedade civil ao pacote fiscal, é de que houve um encolhimento das bases de apoio à política neoliberal comandada por FHC comparativamente ao primeiro mandato. Embora esta seja uma tendência ainda em curso, o seu governo deverá enfrentar for-

te e crescente resistência. O saldo das eleições torna-se ainda mais pífio, para a direita, quando se leva em conta que o seu príncipe contou com uma manipulação em grau inédito da mídia, dos institutos de pesquisas, da máquina estatal, do poder econômico e mesmo da justiça eleitoral.

Além do governo sair mais fragilizado do pleito de outubro, vale destacar que a oposição saiu mais unida e incisiva nas críticas ao modelo neoliberal em vigor no país. Bem diferente da sucessão presidencial de 94, quando setores de esquerda ficaram desnorteados e divididos – o que inclusive deu brecha para a tragicômica negociação do acordo da previdência. Agora, ampliou-se o leque da oposição, que chegou a atrair alguns setores centristas, e apurou-se o rumo da oposição, com um discurso mais contundente de combate ao neoliberalismo e a elaboração inicial de uma plataforma alternativa. Esse resultado deverá ter reflexos nos movimentos sociais, alavancando suas lutas.

Por outro lado, assim como abusou da demagogia barata durante a campanha, FHC

apelou para um diagnóstico falso e oportunista da crise em que sua política entreguista mergulhou a nação. Vendeu ao povo a idéia de que estamos no pior dos mundos por culpa dos servidores públicos, dos direitos previdenciários e das “regalias” conquistadas pelos trabalhadores, seja no setor público ou privado. Com tal interpretação, está debitando a salgada conta do Plano Real no orçamento dos trabalhadores e das empresas (de pequeno e médio porte, principalmente), que sofrerão os efeitos das quebraadeiras, mais desemprego e redução de direitos ... mas tende agora a maior resistência.

“Ajuste” tende a se revelar um fiasco e deve gerar profunda recessão no país

Com notável cinismo, FHC omitiu à opinião pública informações elementares sobre o perfil do déficit público, que decorre basicamente do endividamento e pagamento dos juros mais altos do mundo. Segundo estimativas de alguns economistas, o total das despesas com juros em 99 pode ultrapassar os 100 bilhões de reais, enquanto todo o “esforço” fiscal pretendido pelo governo (somando o economizado com os cortes ao aumento de arrecadação) não chega a R\$ 30 bilhões.

O novo arrocho, feito para garantir a remuneração dos agiotas, a exemplo do que ocorreu com o “pacote fiscal” de R\$ 20 bilhões baixado em novembro passado, tende a se revelar um fiasco. Ademais, a fuga de capitais (que é o verdadeiro x do problema, a real causa da crise no Brasil) até agora não foi estancada e o cenário internacional indica que uma nova reversão do fluxo de capitais em direção à periferia do sistema imperialista não ocorrerá tão cedo. Como afirmou o governador Itamar Franco, o pacote parte de “premissas falsas e, o que é pior, contém medidas inócuas, inconstitucionais e manifestamente injustas”.

Não se espera que o pacote venha a remediar a crise e o próprio governo aposta suas últimas fichas no socorro organizado pelo FMI e nas promessas de Bill Clinton e G-7 – uma



Arquivo

vergonha para a nação que elites encobrem colorindo de boas intenções o “reconhecimento” da importância relativa da nossa economia pelos “grandes” do mundo. O banco norte-americano de investimento Morgan Stanley já prevê uma queda do PIB brasileiro de 7,5% no primeiro trimestre do próximo ano.

De qualquer forma, as medidas têm uma lógica própria, perfeitamente enquadrada no projeto neoliberal e fazem muito sentido para as multinacionais e seus sócios menores no país. Não se limitam às iniciativas de cunho fiscal, aos juros estratosféricos e à certeza de uma recessão no próximo ano. Além da reforma política, restritiva à democracia, FHC aproveita a crise para ampliar sua ofensiva direitista, impulsionando uma segunda rodada das “reformas estruturais”. Nelas dedica um capítulo especial ao movimento sindical e aos trabalhadores, retomando o “pacote” divulgado em agosto – provisoriamente “esquecido” em função do processo eleitoral.

Através de medidas provisórias, pretende instaurar a suspensão temporária do contrato de trabalho, pela qual o trabalhador demitido vai esperar até cinco meses para receber os direitos decorrentes da rescisão. Não há qualquer garantia, senão uma remota esperança, de garantia no emprego e a medida precariza as condições de trabalho e só beneficia as empresas. Estas poderão especular no mercado com o dinheiro do trabalhador, que teria de pagar imediatamente em caso de demissão, e constituir um fundo para efetuar a dispensa posteriormente.

A título de medida compensatória, o governo também afirma que concederá três meses adicionais de seguro-desemprego para quem está desempregado há mais de um ano

(e até 18 meses). O valor do auxílio, pouco mais que uma esmola, é de míseros 100 reais (inferior ao mínimo) e, além disto, a medida é excludente: só atinge desempregados (as) das 10 maiores regiões metropolitanas do país com idade superior a 30 anos, discriminando os jovens e as regiões mais carentes.

A ofensiva antisindical e a urgência da intervenção política dos trabalhadores

O problema maior, porém, não reside nessas duas MPs. FHC anunciou a intenção de encaminhar ao Congresso Nacional projeto de reforma constitucional pondo fim à unicidade sindical, ao poder normativo da Justiça de Trabalho e ao Imposto Sindical. Ele quer desenhar uma nova organização sindical no país, adaptada ao projeto neoliberal e aparentemente justificada pela necessidade de “superar a Era Vargas”. Para muitos, trata-se de uma embalagem atraente, porém a mercadoria que o presidente quer vender tem um conteúdo nitidamente reacionário, antioperário e anti-sindical.

Alguns assessores do governo não escondem que o propósito real é, em primeiro lugar, abrir caminho para a constituição de sindicatos por fábrica e/ou empresas. Ampliando o campo de visão, pode-se enxergar mais longe: o objetivo maior é debilitar as organizações sindicais, enfraquecer, fragmentar e dividir as categorias para impor a depreciação dos salários, a redução dos direitos e a precarização de contratos e condições de trabalho.

É bom levar em conta que este conjunto de propostas não responde exclusiva nem prin-

cipalmente à atual crise econômico-financeira. Muitas das medidas agora divulgadas já tinham sido sugeridas no início do primeiro mandato. Trata-se de um projeto neoliberal mais amplo, inspirado nos interesses das multinacionais, que a pretexto de reduzir o famigerado “custo Brasil” visa depreciar o valor da força de trabalho como meio de elevar as margens e taxas de lucros do capital e, pretensamente, viabilizar, por esta via, uma recuperação das taxas de investimentos e crescimento econômico.

É dentro deste contexto mais geral que a questão da unicidade sindical deve ser examinada. As divergências das correntes que atuam na CUT a respeito do tema são compreensíveis; ninguém deve abrir mão de suas convicções. Porém, o momento exige unidade contra o projeto de reorganização sindical do governo, em seu conjunto. As formas convenientes de organização sindical devem ser definidas no âmbito do próprio movimento sindical.

Para fazer frente à ofensiva neoliberal é indispensável ampliar a mobilização das bases, elevar a consciência política, reforçar a unidade dos assalariados e, ao mesmo tempo, investir na integração das lutas com a resistência exercida pelos partidos e forças de oposição. As campanhas salariais do final de ano indicam que o caminho das lutas isoladas não têm futuro nas atuais circunstâncias. Os trabalhadores estão colhendo derrotas, tendo de engolir 0% de reajuste e a retirada de benefícios; os patrões não se cansam de exibir o fantasma das demissões. A luta meramente economicista, embora indispensável, por si só pode levar o sindicalismo a um beco sem saída. Dar um passo à frente, elevando o nível político de intervenção dos trabalhadores, é hoje uma questão de vida ou morte.

* Integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

Bancada de sindicalistas no Congresso Nacional

CÂMARA DOS DEPUTADOS			
Parlamentar	Partido-UF	Situação	Categoria
Adão Pretto	PT-RS	Reeleito	Trabalhador rural
Agnelo Queiroz	PCdoB-DF	Reeleito	Médico
Arlindo Chinaglia	PT-SP	Reeleito	Médico
Ben Hur	PT-MS	Novo	Professor
Carlos Santana	PT-RJ	Reeleito	Metroferroviário
Fernando Ferro	PT-PE	Reeleito	Eletricitário
Fernando Marroni	PT-RS	Novo	Servidor público
Geraldo Magela	PT-DF	Novo	Bancário
Geraldo Simões	PT-BA	Novo	Servidor público
Gilmar Machado	PT-MG	Novo	Professor
Iara Berbari	PT-SP	Nova	Professora
Jair Meneguelli	PT-SP	Reeleito	Metalúrgico
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	Reeleita	Médica
Jacques Wagner	PT-BA	Reeleito	Técnico; Industrial/Petroquímico
João Batista Babá	PT-BA	Novo	Professor
João Coser	PT-ES	Reeleito	Comerciário
João Fassarella	PT-MG	Reeleito	Professor
João Grandão	PT-MS	Novo	Bancário
João Paulo	PT-SP	Reeleito	Metalúrgico
Jorge Bittar	PT-RJ	Novo	Engenheiro
José Pimentel	PT-CE	Reeleito	Bancário
Luiz Antônio Medeiros	PFL-SP	Novo	Metalúrgico
Luiz Mainardi	PT-RS	Reeleito	Advogado/metalúrgico
Luiz Sérgio	PT-RJ	Novo	Metalúrgico
Maria do Carmo Machado	PT-MG	Nova	Professora
Nelson Pelegrino	PT-BA	Novo	Advogado
Nilmário Miranda	PT-MG	Reeleito	Jornalista
Nilton Baiano	PPB-ES	Reeleito	Médico
Padre Roque	PT-PR	Reeleito	Professor
Paulo Paim	PT-RS	Reeleito	Metalúrgico
Paulo Rocha	PT-PA	Reeleito	Gráfico
Pedro Celso	PT-DF	Novo	Rodoviário
Ricardo Berzoini	PT-SP	Novo	Bancário
Tilden Santiago	PT-MG	Reeleito	Jornalista
Valdeci Oliveira	PT-RS	Reeleito	Metalúrgico
Valdir Ganzer	PT-PA	Novo	Trabalhador rural
Vanessa Grazziotin	PCdoB-AM	Nova	Professora
Virgílio Guimarães	PT-MG	Novo	Economista
Walter Pinheiro	PT-BA	Reeleito	Telefônico
Wellington Dias	PT-PI	Novo	Bancário
SENADO			
Emília Fernandes	PDT-RS	Atual	Professora
Heloísa Helena	PT-AC	Nova	Professora
José Eduardo Dutra	PT-SE	Atual	Geólogo

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

FMI e FHC impõem o "pacote das maldades"

Altamiro Borges *

Se depender do presidente "rei-eleito", a temperatura da luta de classes no Brasil deve esquentar. Nem bem terminou a apuração do segundo turno, FHC anunciou o pacote econômico previamente acordado com o FMI – num típico estelionato eleitoral. O chamado "programa de estabilidade fiscal" relembra o "saco de maldades" prometido há tempos por Gustavo Franco, do Banco Central. É um conjunto de medidas antinacionais e antipopulares feitas sob a medida do figurino neoliberal. Como advertiu o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, "o tempo do gradualismo acabou".

Para "acalmar" a oligarquia mundial, abalada com a crise prolongada do capitalismo, a equipe de tecnocratas do Planalto elaborou um plano de ajuste nada original. É o mesmo aplicado em todos os países que se submetem às ordens e humilhações do FMI. De um lado, prevê cortes drásticos nos gastos públicos, que totalizam R\$ 15,8 bilhões; do outro, aumento das receitas, via contribuições e impostos, confiscando R\$ 12,2 bilhões dos contribuintes. Desta forma, FHC cumpre a risca "a lição de casa" exigida pelos credores externos ... e que se dane o povo brasileiro, que vai pagar a conta!

As consequências não são difíceis de prever. A devastação será generalizada. No setor público, por exemplo, haverá redução no Orçamento da União para 1999, mingando ainda mais os já míseros investimentos nas áreas sociais. A estimativa é de que o Ministério da Saúde perca quase R\$ 1 bilhão, o que afetará setores como vigilância sanitária e fiscalização de remédios – que tanto serviu à demagogia eleitoreira. A Educação deve perder R\$ 500 milhões e a Assistência Social, responsá-

vel por projetos de amparo aos idosos e às crianças carentes, outros R\$ 400 milhões.

Servidores públicos são as principais vítimas das medidas do Planalto

Ainda no setor público, novamente o funcionalismo figura como o bode expiatório da crise. "Ele está sendo mais perseguido do que os judeus no nazismo", comentou Marcelo Deda, líder do PT na Câmara Federal. Via reforma da previdência, que teve os três últimos destaques votados às pressas no Congresso, o governo aumentará a carga de contribuição dos servidores ativos e inativos. Além dos 11% já descontados, quem ganha acima da fortuna de R\$ 1,2 mil pagará mais 20% sobre o excedente. Os funcionários aposentados também terão de pagar nova contribuição previdenciária.

Já através da reforma administrativa, que deve ter sua votação concluída em breve, o

governo quer agilizar as demissões no funcionalismo. O insuspeito jornalista Luís Nassif chegou a revelar que, nos bastidores, o acordo com o FMI prevê cortes de 100 mil servidores federais e algo em torno de 500 mil estaduais e municipais. Além das dispensas, o governo pretende reduzir os rendimentos do funcionalismo – isto para trabalhadores que estão há quatro anos com os seus salários congelados.

E esse ataque ao funcionalismo não se limita ao âmbito federal. Através da “lei de responsabilidade fiscal” e da revisão da Lei Camata, FHC almeja impor aos governadores recém-eleitos o mesmo arrocho. E aqui uma outra característica marcante do pacote. Ele fere de morte a autonomia dos estados e municípios. “É uma violência, é a destruição do pacto federativo”, afirma Olívio Dutra (PT), o novo governante gaúcho. Por um lado, o Planalto impõe limites estreitos, engessando a ação dos governadores e prefeitos; por outro, retira ainda mais recursos de Estados e municípios.

É o caso da proposta, logo bombardeada, de elevação dos descontos, de 20 para 40%, do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Segundo estudo da prefeitura de Belo Horizonte, se o confisco vingar, a capital mineira perderá R\$ 136 milhões em 99. Só com a FEF, a perda seria de R\$ 25 milhões – “o equivalente

a mais de três vezes o que a cidade gasta com a limpeza urbana durante o ano”, explica o secretário municipal da Fazenda, Fernando Pimentel. Não é para menos que vários governos estaduais e municipais já planejam demissões, cortes salariais e atrasos em obras públicas.

Em Santa Catarina, o governador eleito, Esperidião Amin (PPB), anunciou que extinguirá 3 mil vagas de comissionados. No Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), o mesmo que prometeu reajustes ao funcionalismo, garantiu que cortará 4 mil cargos. Em Alagoas, onde a oposição elegeu Ronaldo Lessa (PSB), a situação também é dramática. O atual governador, Gomes de Barros, demitiu 20 mil servidores públicos. “Temos carência de pessoal na saúde e na educação e teremos dificuldades de contratar devido ao ajuste fiscal”, afirmou o novo governante.

Ajuste visa transferir recursos da sociedade para o capital financeiro

Mas não é só o setor público que foi alvo da fúria palaciana. Em seu conjunto, o pacote representa um forte breque na economia. É abertamente recessivo. Além de retrain as atividades do Estado, o que por si só já emperra o



Januário F. da Silva/Tribuna Metalúrgica

crescimento, ele penaliza toda produção nacional. As taxas de juros se mantêm elevadas, em quase 50%, as mais altas do mundo; e, para complicar, o governo ainda aumenta impostos. A pretendida prorrogação e elevação da CPMF, cujo desconto sobe de 0,20 para 0,38%, e o aumento de 2 para 3% da Cofins apontam para uma recessão de alta intensidade.

E nem o governo esconde mais essa orientação genocida. Para o público externo, FHC ainda insiste em falsear a realidade – “não sou daqueles que acreditam em recessão”. Mas sua equipe econômica já opera neste cenário. O Ministério do Planejamento revelou que o governo espera uma queda de 1% no PIB em 99. Alguns economistas, inclusive do alto tucanato, prevêm uma taxa negativa de 3 a 4% – coincidindo com as previsões do mercado financeiro. Mais pessimista, o banco americano Morgan Stanley avalia que a economia terá uma retração de 7,5% do PIB no primeiro trimestre.

Esta brutal retração, entretanto, não assusta FHC. Na verdade, esse é um dos principais objetivos do seu pacote fiscal. Ao contrair o nível das atividades econômicas, jogando o país na recessão, ele visa pagar as dívidas externas e internas e manter a confiança do capital especulativo mundial. Como diz Luís Inácio Lula da Silva, “com isso o governo mostra que é refém da agiotagem internacional”. Segundo dados do próprio governo, as medidas do pacote obrigam a sociedade a transferir, em três anos, mais de R\$ 99,8 bilhões aos credores da dívida pública.

Isto explica as manifestações de alívio da oligarquia financeira. O presidente dos EUA, Bill Clinton, chegou a elogiar o pacote. “Nesta semana, o Brasil anunciou um programa para controlar os seus problemas fiscais. O presidente Cardoso me assegurou que ele vai implementá-lo rapidamente”, comentou, após receber um telefonema do servil FHC. A revista americana *Time* também registrou a aprovação dos banqueiros. “Os ajustes são fundamentais para que o Brasil pague suas dívidas. Essa pode ser uma ótima chance para o Brasil mostrar ao mundo que é um país sério”.

O próprio “empréstimo” do FMI, calculado em US\$ 40 bilhões, serve aos interesses da oligarquia, principalmente da americana.

É uma garantia aos credores, temerosos dos riscos no Brasil. Além disso, exemplo de outros acordos firmados no mundo, a liberação de recursos depende sempre de novas e maiores concessões. O *Jornal da Comunidade*, de Brasília, publicou recentemente um curioso artigo com o título: “Receita da Petrobrás será empenhada para garantir o socorro financeiro dos Estados Unidos e do G-7”. O próprio FHC, em entrevista concedida à *Gazeta Mercantil*, já admitiu essa hipótese, ao mencionar as reservas naturais de petróleo como garantia ao capital externo.

Só que as medidas do ajuste fiscal não garantem nem sequer o sucesso desses objetivos. Além de penalizar o povo brasileiro, o pacote é uma aposta no escuro, de alto risco – bem ao gosto da dupla de jogadores Pedro Malan/Gustavo Franco. Não assegura a tal “confiança do mercado financeiro internacional”. O economista João Manoel Cardoso de Mello é taxativo: “O fluxo de financiamento está interrompido. Os bancos estrangeiros estão chamando de volta seus financiamentos para diminuir os riscos”. Prova disso é que somente em agosto e setembro as reservas internacionais do país caíram em cerca de US\$ 30 bilhões – mais do que arrecadado na privatização da Telebrás.

Outro renomado economista, Gonzaga Belluzzo, é ainda mais corrosivo: “A estratégia do governo se resume a seduzir os credores em fuga com o cheiro de sangue dos nativos. Mas não vai dar. Por algum tempo, os senhores das finanças globais, os que possuem a alma dos que se julgam donos da República, prosseguirão na busca do plasma de boa qualidade”. Mesmo assim, o pacote de FHC propõe corte de gastos e aumento de receitas. “Para quê? Para pagar juros da dívida, para transferir os recursos da sociedade para o setor financeiro”, afirma o deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG).

Sem tratar a questão dos juros, FHC afunda o país no pântano da recessão

Enquanto isso, a economia afunda no pântano e o governo não ataca as reais causas da

crise brasileira: taxa de juros estratosférica, câmbio supervalorizado, abertura predatória das importações etc. “Os juros não são causa do déficit, são consequência”, afirmou, descaradamente, o executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Na exposição de motivos do pacote, o ministro Malan não citou uma só vez a palavra *juros* – numa prova de “desonestidade intelectual”, segundo o deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA). Isto quando é notório que a alta dos juros é a principal responsável pelo disparo da dívida pública – que pulou de R\$ 62 bilhões para R\$ 304 bilhões em quatro anos.

Os efeitos dessa política, agora agravados com o pacote, são imediatos. Outubro registrou o pior desempenho da indústria automobilística na década – queda de 52,7% a produção. Segundo dados dos fabricantes e revendedoras, encontram-se estocados nos pátios 202 mil veículos. O volume só não é maior porque as concessionárias reduziram suas encomendas e as montadoras recorreram às férias coletivas e ao cancelamento de turnos para cortar a produção. A Ford de São Bernardo, por exemplo, que tem capacidade para produzir 1.100 veículos por dia, está fabricando apenas 500.

Já a indústria eletroeletrônica, outro setor de ponta da economia, anunciou que vai paralisar suas atividades durante dezembro e início de janeiro. “Será um final de ano atípico. As férias de Natal serão antecipadas e prorrogadas”, afirmou Flávio Dútra, diretor da federação das indústrias do Amazonas. Em Manaus, onde estão concentradas as fábricas de eletroeletrônicos, o estoque de televisores e vídeos já supera 1,5 milhão de unidades. No ramo de autopeças, o sindicato patronal alegou retração na cadeia produtiva para anunciar 30 mil demissões no primeiro trimestre de 99.

Os reflexos também aparecem nas negociações salariais deste final do ano. Importantes categorias com data-base no período, como petroleiros, metalúrgicos e bancários, correm sérios risco. “Com a paralisa da economia e a recessão prevista após o pacote fiscal, o empresariado não quer negociar e a pouca conversa que existe é sobre redução de custos das empresas”, informa Wilson Amo-

rim, coordenador técnico do Dieese. No caso dos metalúrgicos, as empresas propõem retirar os benefícios sociais garantidos na convenção coletiva. Já os banqueiros querem ampliar a jornada de trabalho, de seis para oito horas; e a Petrobrás defende a redução das folgas dos petroleiros.

O resultado mais dramático do “programa de estabilidade fiscal”, no entanto, será o brutal aumento do desemprego. Para o deputado Aloizio Mercadante (PT/SP), “a taxa de desemprego oficial, do IBGE, que está em 8%, em março de 99 deve se situar entre 12 a 15%. Já a taxa do Dieese na Grande São Paulo, que hoje está em 18,5%, pode superar 25%”. Marcio Pochmann, do Instituto de Economia da Unicamp, é ainda mais lacônico: “O presidente disse na campanha eleitoral que precisava do voto dos cidadãos para combater o desemprego que ele criou. Pois, no primeiro ano do seu segundo mandato, ele produzirá algo como mais 2 milhões de desempregados”.

CUT, governadores, prefeitos, bispos e a OAB: a reação da sociedade

Diante de tamanho descalabro, o pacote do FMI/FHC gerou fortes reações na sociedade. Um dia após o seu anúncio, os seis governadores eleitos pela oposição reuniram-se para firmar uma ação conjunta contra as medidas. “Vamos formar uma grande aliança suprapartidária antipacote para impedir que ele seja aprovado”, afirmou Anthony Garotinho (PDT), o novo governador carioca. A reunião, realizada em Brasília, também contou com a presença do representante do governador Itamar Franco (PMDB/MG), que anunciou sua intenção de aderir ao movimento das oposições.

Em várias declarações, Itamar Franco sinaliza que realmente pode se tornar uma “pedra no sapato” de FHC, reforçando a unidade antineoliberal. “Como governador de Minas Gerais não permitirei que o ajuste traga a recessão e o desemprego. Por incrível que pareça, estão fazendo o país voltar a pedir dinheiro do FMI. Sabemos que as medidas impostas pelo FMI normalmente levam os países à

recessão". Em outra estocada mais dura, confirmou: "Estou na oposição porque sou contra a política econômica do presidente da República, contra todos os mandamentos que sua equipe adota".

Além dos governadores da oposição, outras importantes organizações da sociedade condenaram o pacote. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, entidade que andava meio apática nas questões nacionais, foi incisiva. "Não temos o direito de sacrificar o povo em favor de projetos externos", afirmou Jayme Chemello, o novo presidente da CNBB. Para ele, "parece que a gente está perdendo um pouco aquela condição de país livre, soberano, sobretudo porque o ajuste fiscal vai ferir exatamente os mais pobres". A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também criticou várias medidas previstas no programa, que seriam abertamente inconstitucionais.

A reação ao pacote, por motivos diversos, gerou fraturas na própria elite dominante. Horácio Piva, recém-eleito presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), repudiou a "obsessão monetarista" do governo. "Em nenhum momento a equipe econômica demonstrou preocupação com o efeito das medidas sobre a produção", disse. Segundo estudo do departamento de pesquisas da entidade patronal, a elevação das alíquotas da CPMF e da Cofins impede que os produtos nacionais possam competir com os estrangeiros, o que deverá gerar maior quebra de indústria brasileira.

Até o momento, entretanto, o grande empresariado faz um nítido jogo duplo. Por

um lado, condena o aumento dos impostos e as altas taxas de juros, que inviabilizariam a produção. Por outro, propõe mais cortes no setor público, reforçando a *satanização* dos servidores, e volta a levantar a bandeira da redução do chamado "custo Brasil" – o que significa, na prática, penalizar os assalariados com a flexibilização dos direitos trabalhistas. Como é lógico, faz pressão pelos seus interesses, procurando repassar o ônus do ajuste para as costas dos trabalhadores.

Neste esforço, conta com a ajuda de seu fiel escudeiro, a Força Sindical, que até é mais realista do que o rei na defesa do neoliberalismo. "Aceitamos fazer o sacrifício temporário, enquanto não se ajustam, emergencialmente, as contas do Estado", afirmou Paulo Pereira, vice-presidente da central. Ele e Luiz Antônio Medeiros, eleito deputado pelo PFL, foram recebidos com festa no Planalto, onde manifestaram apoio a FHC e saíram com promessas de algumas migalhas compensatórias.

Por último, a CUT foi incisiva na crítica ao pacote e rápida na resposta. Ela já definiu um calendário de mobilizações contra as medidas e, dependendo do resultado das manifestações, não descarta a possibilidade de convocar uma greve geral. Outro objetivo, bastante acertado, é o de ampliar o movimento de resistência. "Vamos tentar aglutinar em torno da campanha nacional contra o pacote não só os sindicatos, mas também outros setores da sociedade", afirma João Felício, secretário-geral da CUT. Como se observa, a temperatura da luta de classes do país pode realmente esquentar!

* Jornalista, integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

O ajuste neoliberal e as greves na América Latina

Não é só o Brasil que está sendo vítima dos violentos "ajustes" na economia patrocinados pelo FMI. Com maior ferocidade após a grave crise mundial desencadeada em meados de 88, a maioria dos países tem sofrido com a aplicação do receituário neoliberal. A América Latina, comandada por governos testas-de-ferro da oligarquia financeira, é um alvo fácil desta política de terrarrasada. O resultado já é bastante conhecido: sucateamento das economias nacionais, desmon-

te dos Estados, desemprego e precarização do trabalho, maiores restrições à ação dos sindicatos e das organizações populares e democráticas. A situação dos trabalhadores é, a cada dia que passa, mais dramática!

Mas, como diz o ditado, quem planta vento colhe tempestade. Não é para menos que a temperatura da luta de classes no continente latino-americano tem se aquecido nos últimos tempos. No mês de outubro, por exemplo, uma onda de

greves abalou vários países da região. Paralisações longas e massivas, violentos protestos de rua, prisões e assassinatos de líderes sindicais foram a marca desta fase de retomada das lutas no continente. Outra característica marcante foi a unidade de amplos setores na resistência ao neoliberalismo, com a ação conjunta de diversas centrais sindicais. Com o agravamento da questão social, a tendência é de maior polarização das lutas no próximo ano.

A Colômbia, até o momento, é o país de maior radicalidade nos conflitos. Além da guerrilha no interior, que já controla mais de um terço do território nacional, a tensão também aumenta nas zonas urbanas. Em outubro, cerca de 800 mil trabalhadores paralisaram suas atividades por 20 dias – na mais longa greve da história do país. O movimento, encerrado com vitória parcial no dia 27, envolveu funcionários da educação, saúde, justiça, petroleiros, telefônicos, entre outras categorias. As três centrais sindicais (CUT, CTC e CGTD) somaram suas forças na mobilização. “Foi a paralisação do século”, comentou Luís Eduardo Garzón, presidente da Confederação Unitária de Trabalhadores (CUT), a principal central sindical do país.

Os grevistas conquistaram 15% de reajuste salarial e a compensação dos dias parados. O maior avanço, entretanto, foi político, com a condenação do pacote de ajuste fiscal recém-imposto pelo presidente conservador Andrés Pastrana. A paralisação também serviu para denunciar o aumento do desemprego no país, que já afeta 18,5% da população economicamente ativa. Apesar da força da greve geral, a segunda em menos de um mês, Pastrana insiste em manter sua orientação econômica. “Pensa que com panos quentes ele pode manter sua política neoliberal, apesar do seu comprovado fracasso no mundo”, afirmou Wilson Borja, presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado.

A situação na Colômbia tornou-se ainda mais explosiva devido a conhecida truculência da suas elites. No dia 21 de outubro, o vice-presidente da CUT, Jorge Ortega, foi morto com seis tiros em frente a sua residência, em Bogotá. Três dias depois, uma líder sindical do setor da saúde, Hortensia Banderas, 36 anos, foi seqüestrada e

morta por um grupo paramilitar, encapuzado, no interior. Só no ano passado, 157 sindicalistas foram assassinados na Colômbia. “Somos vítimas da brutal repressão militar e policial. O que existe aqui é um governo fascista”, denuncia Rafael Baldovino, presidente da Federação dos Trabalhadores da Telecom (companhia estatal de comunicações).

A Argentina é outro país da região onde o clima anda bastante quente. Em meados de outubro, os trabalhadores da educação realizaram a sexta greve geral do ano. O motivo foi a redução drástica dos investimentos governamentais no setor. A política de ajuste fiscal do presidente Carlos Menem, controlada com rédeas curtas pelo FMI, que visita o país trimestralmente, tem destruído os serviços públicos e estrangulado os governos provinciais. Tanto que pipocam rebeliões em várias cidades. No mesmo mês de outubro, eclodiu mais uma violenta greve das forças policiais, desta vez na província de Mendoza, que durou três dias e arrancou o reajuste dos soldos.

Segundo Hugo Yasky, dirigente da Confederação dos Trabalhadores na Educação da Argentina, a tendência é que os conflitos laborais no próximo ano “sejam mais intensos do que em 98, porque várias províncias estão falidas”. Ele prevê novas greves na sua categoria. “Há uma decisão do ministro Roque Fernández (Economia) de manter o conflito aberto com os docentes, não só porque está em sintonia com as posições mais ortodoxas do FMI, mas também porque pretende implantar formas de privatização do ensino que estão em curso em outros países da América Latina”.

Por último, vale registrar a paralisação dos 150 mil professores da rede pública do Chile em boicote à reforma educacional do governo Eduardo Frei, que durou quase um mês; a greve geral dos trabalhadores do Equador, em 1º de outubro, contra o pacote econômico anunciado pelo presidente democrata-cristão Jamil Mahuad, que resultou em violentos conflitos de rua, com a morte de cinco grevistas e outros 90 feridos; e a greve geral em Honduras. Como se observa, os ajustes neoliberais impostos pelo FMI atizam a maior resistência dos trabalhadores em toda a América Latina. FHC que se cuide, porque “quem brinca com fogo acaba se queimando”. (AB)

O saneamento público na mira da privatização

Elisabeth Tortolano *

As privatizações foram uma das marcas dos quatro anos do governo FHC. A promessa para esse segundo mandato é investir pesado no pouco que sobrou. Antes mesmo da reeleição, a equipe que planejava seu segundo governo previa a criação de um superministério do Desenvolvimento Urbano, com a função de administrar um orçamento anual estimado em R\$ 4 bilhões e gerenciar o que o governo pretende que seja um de seus maiores negócios: a privatização do saneamento.

Algumas empresas do setor foram vendidas já no primeiro mandato, mas a privatização das maiores encontrou resistência dos trabalhadores, da sociedade e também da legislação vigente, que dá aos municípios o poder concedente dos serviços de saneamento básico. A eles cabe prestar o serviço ou delegá-lo a uma empresa, seja privada ou pública.

Já no programa de sua primeira candidatura, Fernando Henrique deixava claro que pretendia o ataque em duas frentes. A primeira, chamada institucional, previa nova forma de gerenciamento para as empresas públicas do setor, que deveriam agir como empresas privadas. A segunda, propunha a "mobilização de recursos das mais variadas fontes para o financiamento de suas operações normais e de seus programas de expansão", forma rebuscada de dizer que o governo se desobrigava com o saneamento e quem quisesse que fosse bater às portas da iniciativa privada.

E o governo realmente pôs mãos à obra para cumprir seus objetivos. Desde que tomou posse, qualquer prefeitura ou companhia estadual que bateu à porta dos agentes financiadores de obras de saneamento (Caixa Econômica Federal e BNDES) recebeu um sono-

ro não, a menos que estivesse disposta a ceder a exploração do serviço à iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o senador José Serra, membro do alto tucanato, apresentou um projeto (que ainda tramita no Congresso Nacional) que tem como objetivo facilitar a vida dos defensores da privatização.

Em São Paulo, o governador Mário Covas, agora reeleito, apesar de jurar defender o saneamento, apostou na entrega de boa parte da Companhia de Saneamento, Sabesp, à iniciativa privada. A empresa sofreu reestruturação profunda, implantou oito unidades de negócios, definidas segundo as bacias hidrográficas, que têm autonomia gerencial em operação, administração e negócios. Esse modelo segue expressamente as recomendações do Programa Nacional de Modernização do Saneamento, que indica o gerenciamento segundo moldes empresariais a todas as estações da área.

A privatização de uma empresa como a Sabesp não pode ser feita nos moldes tradicionais, no qual a venda pura e simples num leilão, transfere o serviço das mãos do Estado à iniciativa privada. Pela Constituição Estadual de 1989, ela é definida como concessio-

nária que deve operar sob controle acionário do Estado. A Constituição Federal é outro impeditivo porque garante o poder concedente ao município, o que obrigaria os 358 municípios paulistas atendidos pela Sabesp a aprovar leis para mudança do controle acionário. Por isso, o caminho escolhido pelo governo foi o da transferência de ações para a iniciativa privada. Em 96, foi criada a Companhia Paulista de Administração de Ativos (CPA), cujo objetivo principal é alienar ativos, ações de companhias estatais para abater a dívida pública. A Fazenda do Estado já transferiu 21,95% do capital social da Sabesp para a CPA.

Foi o início da privatização da Sabesp. Quando houve o primeiro leilão, que vendeu 4% das ações da companhia, o governo estadual comemorou o preço alto da venda e proclamou: era apenas o começo. O novo lote, maior e mais atraente, seria destinado a um sócio estratégico, da iniciativa privada, que participaria da administração da empresa. Por essa medida, cerca de 20% das ações da empresa passaria, provavelmente, para um consórcio de instituições financeiras e de grupos estrangeiros que dominam o setor, principalmente na Europa.

Trabalhadores da Sabesp resistem e conquistam a vitória no primeiro round

Às intenções do governo correspondeu uma grande mobilização dos trabalhadores da Sabesp. Foram meses de debates, campanha nos meios de comunicação e mobilização de vários setores da sociedade, o que possibilitou a vitória no primeiro *round*. O governo estadual sentiu na pele as dificuldades de tratar o serviço público como um "grande negócio", principalmente numa época em esses grandes negócios estão sujeitos a especuladores internacionais que causam queda nas Bolsas de todo o mundo, quebram países e expõem a população às mazelas dessa política

do "nada pelo social". Com a crise asiática, as Bolsas brasileiras despencaram e, com elas, as ações da Sabesp que o governo pretendia vender. Em junho do ano passado, essas ações eram vendidas a R\$ 314,00 o lote de mil. Em outubro deste ano já não valiam mais do que R\$ 92,00.

Isso não significa que a Sabesp tornou-se uma empresa menos atraente. No primeiro semestre deste ano, obteve um lucro líquido de R\$ 324,3 milhões, o que significa um aumento de 290,6% em relação ao mesmo período de 97. Foi o melhor desempenho de sua história. O episódio da queda das ações na Bolsa, que contribuiu para inviabilizar o parceiro estratégico, é uma demonstração dos riscos que corre a população, caso a empresa venha a ser privatizada. O saneamento básico é um direito de todas as pessoas e condição indispensável para uma boa qualidade de vida. Deve, portanto, ser responsabilidade do Estado e não da iniciativa privada, muito preocupada com seus lucros e pouco com o bem-estar da população.

Como reconheceu o próprio secretário de Recursos Hídricos de São Paulo, Hugo Marques da Rosa, a privatização do setor de saneamento leva ao risco de uma desnacionalização do setor. No Brasil, como os serviços sempre foram públicos, não há operadores capazes de assumi-los. A tendência é que os pacotes tecnológicos venham de fora. Com isso, os empregos menos qualificados continuam sendo gerados no país, os equipamentos de menor grau tecnológico continuam a ser fabricados aqui, mas os mais sofisticados viriam de fora. Hoje, na área de saneamento, a informatização e a automação ocorrem em larga escala. A possibilidade do país desenvolver tecnologia ficaria muito limitada. Isso levaria a uma redução da oferta de empregos mais qualificados.

Entre outros, esses são alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores são contra a privatização do setor e continuaremos lutando para manter a Sabesp sob o controle do Estado.

* Presidente do Sintaema – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

O desemprego juvenil no Brasil dos anos 90

Marcio Pochmann *

Desde 1990, o Brasil vem adotando um novo modelo econômico de inserção externa competitiva. Apesar disso, os anos 90 são piores do que a década de 80 em termos de desempenho econômico. Para ser ter uma idéia disso, basta informar que a renda *per capita* de 1998 deverá ser a mesma de 1980. Do ponto de vista do trabalho, a situação não é diferente. A participação dos trabalhadores na renda nacional de 1996 é 12 pontos percentuais inferior que a de 1980, enquanto a taxa de desemprego chega a ser atualmente três vezes maior. O mercado de trabalho apresenta sinais evidentes de desestruturação, com a forte elevação do desemprego, do desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários.

O movimento de desestruturação do mercado de trabalho trouxe impactos imediatos para todos os trabalhadores e para determinados segmentos sociais mais fragilizados. Sem a contrapartida de políticas públicas especiais, os jovens terminam sendo mais penalizados. O jovem, que tradicionalmente tem dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, encontra crescentes dificuldades tanto para encontrar o seu primeiro emprego, quanto para se manter ocupado. Apesar da elevação do nível de escolaridade, a juventude vive mais desempregada e, quando ocupada, tem acesso a rendimentos ínfimos em postos de trabalho precários.

De maneira mais ampla, a juventude trabalhadora, nessas circunstâncias, tem contida as possibilidades de mobilidade social, possuindo problemas adicionais para deixar a residência dos pais e constituir um nova família. O aparecimento de novas situações como a co-habitação (filhos adultos que permanecem mais tempo residindo com os pais),

a postergação da união familiar (aumento de famílias monoparentais) e a difusão de ocupações sem remunerações fazem parte, cada vez mais, do cotidiano dos jovens brasileiros.

A taxa de desemprego dos jovens atingiu patamares nunca verificados no país

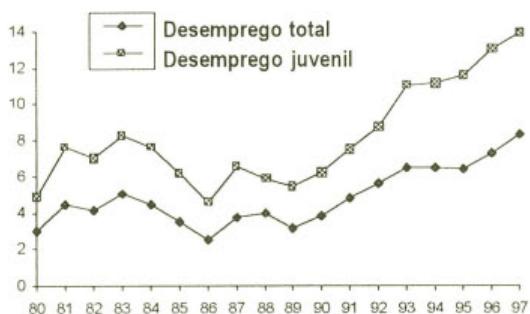
A elevação do desemprego aberto no Brasil compreende uma das principais características do quadro de dificuldades que atinge a população economicamente ativa. Independente das diferenças metodológicas utilizadas nas pesquisas no Brasil, percebe-se que as várias taxas de desemprego existentes apresentam-se atualmente muito superiores as do final dos anos 80. A taxa de desemprego dos jovens, em especial, atingiu patamares ainda não verificados no país. Em 1997, por exemplo, a taxa de desemprego aberto dos jovens

aproximou-se dos 14%, quase três vezes maior do que a de 1980 (4,8%).

Quando comparada com o desemprego total, a taxa de desemprego dos jovens chega a ser quase duas vezes superior (1,8 vezes maior em 1980 e 1,7 vezes maior em 1997). Ao mesmo tempo, percebe-se também que a composição do desemprego total tem decrescente dependência do desemprego juvenil. Em 1996, por exemplo, o total de desempregados do Brasil, segundo a Fundação IBGE, era formado por 52,9% de pessoas com menos de 24 anos de idade, enquanto em 1989 os jovens participavam com 57,3% no desemprego total e em 1980 era de 68,7% o peso dos jovens no total do desemprego no país.

Além dos crescimento nacional do desemprego nos anos 90, percebe-se que em todas as regiões brasileiras houve aumento significativo do desemprego dos jovens. Em relação a década de 1980, a taxa de desemprego dos jovens nas grandes regiões brasileiras foi, em 1996, no mínimo, mais de 2,5 vezes superior. Entre 1986 e 1996, por exemplo, o desemprego cresceu mais na região Norte (408,5%), seguido da região Centro-Oeste (318,8%), da região Sul (214,5%), da região Nordeste (202,4%) e da região Sudeste (184,3%).

Gráfico 1 - Brasil: Evolução das taxas de desemprego** total e juvenil***



Fonte: IBGE/PNDA ajustadas. * estimativa; ** Procura de trabalho; *** De 10 a 24 anos

Elaboração própria

Para um aumento médio anual da força de trabalho juvenil de 1,1% ao ano entre 86/96, verificou-se a queda média anual do nível de ocupação em 0,4%. Diante disso, não há como se acreditar que o desemprego juvenil possa ser explicado por efeito demográfico ou decorrente de inadequação de escolaridade,

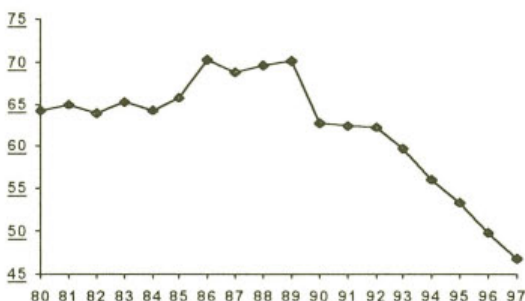
como sugerem alguns, pois nos anos 90 o excedente de mão-de-obra juvenil é gerado pela escassez de empregos.

O desassalariamento e o crescimento do trabalho precário entre os jovens

O fenômeno do desassalariamento no Brasil constitui-se numa novidade quando comparado com a evolução ocupacional das últimas seis décadas, caracterizada pelo fortalecimento do emprego assalariado, sobretudo das ocupações com carteira assinada. O desassalariamento decorre da destruição de empregos assalariados com carteira, já que as ocupações assalariadas sem carteira têm sido geradas, embora em quantidade não muito expressiva, o que impede compensar as perdas no emprego formal. Com o processo de desassalariamento, houve o fortalecimento das ocupações não-assalariadas. O emprego assalariado do jovem foi drasticamente reduzido entre 86/96, enquanto as ocupações não-assalariadas formam as que apresentaram alguma expansão.

Do ponto de vista da evolução regional dos empregos assalariados, observa-se que a maior redução ocorreu na região Nordeste (-25,9%), seguida da região Sudeste (-25,3%), da região Sul (-23,9%) e da região Centro-Oeste (-21,8%). Somente a região Norte apresentou uma evolução positiva do empregado assalariado (14,1%) no período 86/96.

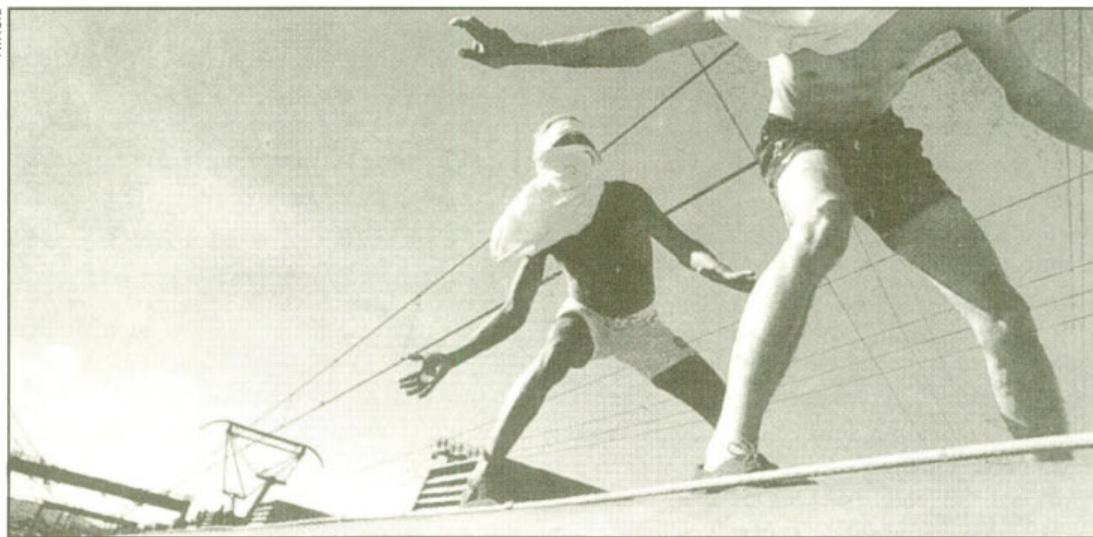
Gráfico 2 - Brasil: Evolução da taxa de assalariamento** do jovem



Fonte: FIBGE/PNDA ajustadas. *Estimativa; **Total de assalariados em relação à ocupação.

Elaboração própria

R. Reis



Com o maior desemprego e o desassalariamento, voltou a aumentar a subutilização da força de trabalho. Em 1995, quase 38% da PEA vivia em condições de subutilização do trabalho, enquanto em 1989 menos de 1/3 estava nessa situação no Brasil. O aumento das ocupações não-assalariadas explicam, em parte, a subutilização do trabalho juvenil, pois trata-se de ocupações precárias e instáveis. Em relação à evolução regional das ocupações não-assalariadas, verifica-se que houve maior aumento da região Norte (331,6%), seguida da região Sudeste (75,3%), da região Centro-Oeste (79,4%), região Nordeste (63,3%) e da região Sul (12,9%) no período 1986/96. Para o mesmo período de tempo, o Brasil elevou o volume de ocupações não-assalariadas em 59,3%.

Em 1997, a estimativa era que a cada dez jovens ocupados em 1997, quatro eram autônomos e seis assalariados, sendo quatro sem carteira e dois com carteira; enquanto em 1980, a cada dez jovens ocupados, três eram autônomos e sete eram assalariados, sendo quatro com carteira e três sem carteira.

A ruptura do padrão de inserção ocupacional da juventude no Brasil

Diante do aumento do desemprego, do desassalariamento e das ocupações precárias, o padrão de inserção ocupacional do jovem tornou-se fortemente instável. Em maior parte,

isso se deve a baixa capacidade de expansão da economia brasileira, que desde os anos 90 segue o modelo econômico solidário com o desemprego e subutilização do trabalho.

No passado, o padrão de inserção ocupacional do jovem apresentava taxa de desemprego relativamente baixa, com oportunidades de ingresso nos empregos regulares. É evidente que esse padrão de emprego também produzia e reproduzia condições extremamente insatisfatórias para parcelas dos trabalhadores jovens, como o trabalho infantil, a superexploração da ocupação do adolescente e postos de trabalho precários. Todavia, existiam muito mais oportunidades de inclusão dos jovens nos setores modernos.

As transformações em curso nos anos 90 não apontam, lamentavelmente, para o amplo aumento das oportunidades de ingresso dos jovens nos setores modernos da economia. Pelo contrário, o movimento de exclusão parece prevalecer, recolocando novamente novas condições de produção e reprodução da marginalidade social nas faixas etárias mais jovens da população ativa.

Em virtude disso, são cada vez mais necessárias atenções especiais direcionadas à situação do jovem no Brasil. O atual modelo econômico não contribui para evitar o agravamento do processo de exclusão social. Assiste-se, por conta disso, ao aumento da violência, à desestruturação familiar, ao desestímulo educacional, à difusão do uso de drogas, ao trabalho infantil e à prostituição infantil como sinais de que a juventude brasileira não vai bem.

* Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp/SP.



Clóvis Ferreira/ABE

O “pacote do desemprego” do presidente reeleito

João Guilherme Vargas Netto *

Pouco antes das eleições de outubro, o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, anunciou, com grande estardalhaço na mídia, uma pacote de medidas contra o desemprego. FHC temia os efeitos eleitorais deste grave drama social, apontado nas pesquisas como o seu principal calcanhar de Aquiles. Passado o pleito, com a vitória apertada, o governo volta a falar no assunto – agora com o objetivo de reduzir as críticas ao recém-anunciado programa de ajuste fiscal. Vale então relembrar o “pacote do desemprego”, como foi apelidado na época. Ele é um conjunto mais ou menos articulado de iniciativas, idéias e propostas com níveis de execução variados e de alcance muito limitado, levando-se em conta a gravidade do problema e a situação macroeconômica do país.

Há quatro coisas a serem ditas antes de se passar à análise do pacote:

1) O candidato à reeleição, em sua campanha gratuita na televisão e no rádio, enfatizou o desemprego como o problema número um que enfrentará, relacionando-o à tarefa da estabilização monetária realizada no primeiro mandato;

2) A força tarefa do governo, encarregada da preparação da proposta do pacote e dirigida pelo ministro do Trabalho, alinhavou algumas propostas (e até chegou a anunciá-las pela imprensa) de uma forma tão descuidada que, poucos dias passados, houve a obrigação de recuo governamental, desmascarando o próprio "preparo técnico" dos formuladores;

3) Num seminário no Rio de Janeiro, na Federação das Indústrias, o governo foi duramente criticado por representantes dos trabalhadores pela autorização do trabalho dos comerciários aos domingos, sem a exigência da negociação prévia com os sindicatos. Esta interferência forçada, pelo balanço realizado, não contribuiu em nada na criação de novos empregos. Neste mesmo seminário foi proposto ao ministro do Trabalho – como demonstração de seu empenho sincero em discutir equitativamente com os trabalhadores – a reativação e ampliação do Conselho Nacional do Trabalho, criado pelo Decreto nº 1617, de 14 de setembro de 1995.

4) O ministro do Trabalho paralelamente manobra visando eliminar o índice resultante da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) conduzida pelo Seade-Dieese e substituí-lo por um novo, que não dá conta do desemprego oculto ou do desalento e que, de qualquer modo, somente será visível e efetivo no ano 2.000.

Minijornada, afastamento temporário e ataques ao sindicalismo brasileiro

O pacote contra o desemprego pode ser resumido em cinco níveis de medidas:

1) Um conjunto de *medidas administrativas*, internas do governo e de suas diversas agências, apoiadas ou não em fundos públicos (Proger, Planfor, seguro-desemprego, ini-

ciativas pontuais e Prótrabalho);

2) Uma *medida provisória*, a MP 1709, de 07/8/98, que dispõe sobre o trabalho a tempo parcial, faculta a extensão do benefício do PAT ao trabalhador dispensado e altera dispositivo da CLT referente ao limite de duração do banco de horas (passando de quatro meses para 12). Uma medida provisória, portanto, que legisla sobre assuntos variados.

No que se refere à minijornada de 25 horas (ou seja, a incitação ao contrato de trabalho a tempo reduzido, com redução de salários e direitos correspondentes), o ministro do Trabalho, frente à inconstitucionalidade flagrante do texto da MP (no que se refere aos trabalhadores já contratados), anunciou sua modificação, quando da reedição da MP. Deve-se ressaltar que, exceto a flexibilização dos direitos à férias, a possibilidade legal de contratação com jornada reduzida já existia. Houve, portanto, com a MP uma disciplinação (para pior) e uma incitação.

3) O poder Executivo enviou ao Congresso um conjunto de seis *projetos de lei* (nº 4.691 a 4.696). O primeiro deles, de autoria da força-tarefa encarregada da preparação do pacote, revoga uma série de artigos da CLT caídos em desuso ou tornados ineficazes desde a Constituição de 1988 (registro e reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, dos sindicatos, base territorial distrital de sindicato, concessão e cassação de carta sindical, livro de registro do sindicato etc.). Os outros foram originados de propostas do TST e dizem respeito ao funcionamento da Justiça do Trabalho (amplia o horário de funcionamento possível das audiências e sessões, instituiu o procedimento sumaríssimo do processo trabalhista, cria as Comissões de Conciliação Prévia, trata de custas e emolumentos e dispõe sobre a execução).

4) Um conjunto de *propostas e idéias* que ainda necessita de um encaminhamento legislativo (ou MP ou projeto de lei) e que faz parte de um suposto arsenal de modernização das relações do trabalho e da justiça trabalhista. Neste conjunto aparecem duas propostas que, atropelando os interesses dos trabalhadores e dos empresários (e de forças de apoio e sustentação do próprio governo) já foram praticamente abandonadas, pelo menos

na forma original apresentada pela força-tarefa e pelo ministro.

A primeira delas é a suspensão temporária do vínculo empregatício (o *lay-off*). A fórmula cogitada pelo governo atropelou as discussões que estavam em curso em São Paulo, entre o Sinduscon e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (por motivos simétricos), setor no qual há interesse e possibilidades concretas de aplicação de modalidade. A outra era a garantia da estabilidade provisória aos trabalhadores, com redução da contribuição ao FGTS de 8% para 2%. Neste caso, a precária situação financeira do FGTS e as propostas do PFL de privatização do setor inviabilizaram as intenções do ministro. Outras medidas de caráter incompleto podem ser listadas neste grupo: a criação da advertência no Direito Administrativo do Trabalho, ou seja, a eliminação das multas às empresas no caso de pequenas infrações, e o contrato de trabalho por safra.

5) O último nível das medidas pretendidas pelo governo no pacote são aquelas que visam à *revisão constitucional*, principalmente dos artigos 8º e 114, da Constituição Federal, que garantem a estrutura atual do sindicalismo e o poder normativo da Justiça do Trabalho. O ministro, ao analisar pela imprensa este aspecto das medidas, fala, insistentemente, em um "quase consenso" sobre o fim da unicidade judicial, das verbas constitucionais compulsórias, do poder normativo e dos juizes classistas. Mas, convenientemente, esquece o "mais que dissenso" no ritmo das mudanças, na sua definição mais precisa e na destinação e controle sobre as instituições e verbas do "Sistema S".

Sobre estes assuntos – que não podem ser tratados legislativamente com projetos de lei, nem com medidas provisórias, dado o seu caráter de revisão constitucional – o ministro anunciou um encaminhamento para o próximo ano, depois, portanto, da batalha eleitoral de outubro. Em compensação, no caso do financiamento da estrutura sindical, a força-tarefa recomenda que "o primeiro passo deve ser o da aprovação do Projeto de Lei que extingue a contribuição sindical obrigatória, já em tramitação no Congresso Nacional, de for-



Ilustração de Elías Andreão

ma a se introduzir um novo mecanismo decorrente de autorização da assembléia geral do sindicato".

Trata-se do Projeto de Lei nº 3003, de 1997, do Poder Executivo, cujo relator deve ser o deputado Mendonça Filho (PFL-PE) - o mesmo da emenda da reeleição e da Lei de Contrato Temporário. Este projeto, que dispõe sobre a contribuição negocial de custeio do sistema confederativo, foi apensado ao projeto de Lei nº 5169, de 1990, que tratava apenas das entidades patronais, e sua tramitação não tem sido tão veloz como imaginaram alguns dirigentes sindicais.

Uma última questão a ser enfatizada: exceto nos aspectos mais gerais, o pacote governamental contra o desemprego passa ao largo dos problemas, interesses, conquistas e direitos do funcionalismo público, inclusive das questões referentes à organização e a representação sindicais dos servidores públicos. Em Minas Gerais, no interior, se alguém chega a uma venda e pede uma rapadura, dois cocos e uma garrafa de cachaça, o vendedor recusa-se a atender porque o pedido "não dá embrulho". O pacote do ministro Amadeu não dá embrulho!

* Assessor sindical de várias entidades

Proposta do governo golpeia os sindicatos

Augusto Petta*

O Ministério do Trabalho divulgou recentemente proposta de mudança na legislação sindical. Ela acaba com a unicidade sindical; institui o pluralismo e o sindicato por empresa (não menciona a base territorial nem a categoria ou ramo profissional para a formação de sindicatos); elimina a substituição processual; restringe o acesso à Justiça; e condiciona qualquer desconto em favor do sindicato ao princípio da "razoabilidade", que também fica limitado aos associados. É a operação desmonte, mediante a pulverização, asfixia financeira e a limitação do acesso à Justiça.

Em sua justificativa, o governo apresenta os seguintes objetivos para sua proposta: a) liberdade de criação de sindicatos, sem obrigatoriedade de observância do critério de categorias profissional ou econômicas, bem como de associar-se ou não; b) fim do monopólio de representação gerada pela unicidade sindical obrigatória; c) fim da contribuição sindical obrigatória, decorrente de lei e imposta aos não-associados; d) fim do poder normativo, mantendo-se a competência da Justiça do Trabalho apenas para a arbitragem facultativa dos conflitos coletivos econômicos, a pedido conjunto das partes; e) atribuição de competência jurisdicional à Justiça do Trabalho para resolver conflitos de direito sindical de qualquer natureza, tanto entre sindicatos como entre associados e sindicato; f) instituição de instâncias extrajudiciais prévias de mediação e conciliação nos conflitos individuais; g) disposições constitucionais transitórias indispensáveis à transição do regime de unicidade sindical para o da liberdade.

Se essa proposta for aprovada pelo Congresso Nacional, os trabalhadores ficam in-

defesos diante dos interesses patronais. Ficam sem uma legislação reguladora, sem normas protetoras, num relacionamento "democrático" entre desiguais (os poderosos donos do capital e aqueles que nada têm, a não ser a força de trabalho para sobreviver). É o que o governo e os defensores do neoliberalismo chamam de "modernidade" nas relações trabalhistas.

Pelo projeto governamental, é suprimido o dispositivo constitucional que veda "a criação de mais de uma organização sindical em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial". Os sindicatos deixam de representar os interesses coletivos ou individuais da categoria e passam a defender apenas os "interesses dos seus representados" (ou seja, apenas dos associados). Ninguém representará os não associados. Mas o que diferencia um sindicato de uma simples associação ou um clube é exatamente a representação de toda a categoria ou ramo, permitindo um tratamento uniforme, sem distinções!

No caso do sindicato patronal, ele tam-

bém só representará as empresas sindicalizadas e, como consequência, a empresa não sindicalizada não responderá por nenhuma negociação coletiva feita em nível de categoria! Neste caso, só será possível a negociação direta com a empresa. Outra forma de descentralização da negociação se daria com o fim da base mínima municipal para o sindicato, que abre o caminho para a organização por empresa. Com os sindicatos representando apenas os associados, as negociações poderão ocorrer apenas empresa por empresa (na área rural, fazenda por fazenda), pois as empresas não associadas não seriam alcançadas pela norma coletiva.

As negociações de categoria ou de ramo deixam de existir. A descentralização da negociação, deixando de ser feita em nível de categoria ou de ramo de atividade, pode ser introduzida por dois caminhos: 1) pela representação apenas de associados (estando a empresa não associada fora da negociação); 2) pela organização sindical com base inferior ao município. Atualmente, a representação é de categorias. Os trabalhadores defendem a ampliação dessa representação para ramos de atividade ou ainda representações mais amplas, com a soma de vários ramos de atividade, senão de todos.

A liberdade sindical requer normas que evitem tutela do Estado e garras dos patrões

A liberdade sindical defendida pelos trabalhadores não corresponde a acabar com o papel do Estado para cair nas garras do poder econômico. Os trabalhadores podem ser demitidos a qualquer momento. Por isso, é preciso que existam regras para a liberdade de organização sindical, garantindo a atuação dos sindicalizados em seus locais de trabalho. É fundamental a existência de normas e regras que impeçam o poder econômico de submeter os mais fracos à sua vontade, aos seus caprichos.

A liberdade sindical requer uma disciplina legal que não permita nem ao Estado, nem ao poder econômico, interferir na organiza-



Maurício Moraes

ção dos trabalhadores. Pela legislação vigente, o Estado não pode interferir, mas o poder econômico – que tem o pleno poder de demitir injustamente os trabalhadores – só poderá ser contido com a existência de regras que garantam o exercício dessa liberdade.

Em sua justificativa do projeto, o governo considera que o “sindicalismo brasileiro, como ocorre em muitos países, enfrenta séria crise”. Alega que, por existirem “mais de 16.000 sindicatos, segundo estimativas conservadoras”, impera um “verdadeiro caos sindical”. Admite a existência da fragmentação sindical, que “poderá ocorrer ou não, a depender da vontade dos grupos”. A negociação coletiva é criticada “por causa da superabundância, detalhamento, rigidez e imperatividade da legislação sobre direitos individuais, além da desigual representatividade sindical e da interferência do poder normativo da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos econômicos”.

O projeto governamental é o projeto neoliberal, forjado pelas mentes patronais, apresentado no pressuposto de que somos os neobobos, para usar uma expressão talhada pelo presidente Fernando Henrique. Os trabalhadores e os democratas repudiam mais esse ataque à livre organização sindical – agora com o pretexto de defender a “liberdade sindical” – e reafirmam a necessidade de serem estabelecidas normas claras nas relações entre patrões e empregados, que valorizem e garantam condições dignas de vida e trabalho para aqueles que produzem as riquezas.

* Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e dirigente do Sinpro de Campinas/SP



João Zinclar - Orocó (PE)

O impacto da crise na teoria neoliberal

José Carlos Ruy *

"Estamos no meio de uma tempestade, e é difícil pilotar o avião nestas condições. Não dá para entender esta crise porque ela não tem lógica" – esta frase, dita por Gustavo Franco, presidente do Banco Central, revela a perplexidade que a atual crise financeira provoca entre os teóricos do neoliberalismo e as autoridades encarregadas da sua aplicação. Oráculos do grande capital financeiro mundial como *The Wall Street Journal*, *The Washington Post*, ou revistas brasileiras apologistas do pensamento único, como *Exame* ou *Veja*, não disfarçam a perplexidade.

Robert J. Samuelson, que escreve em *The Washington Post*, no *Estado de S. Paulo* e na revista *Exame*, diz que, na verdade, "todo mundo está fazendo adivinhações" para entender a crise. "Mudanças drásticas na economia são causadas por eventos não-familiares que os analistas (e seus modelos computadorizados) não conseguem avaliar a partir da experiência". Ele reconhece, sem rodeios, que a "desordem atual" é agravada pelo "vazio intelectual". E transcreve, como prova, a confissão do economista que a imprensa mundial transformou em guru de plantão, Paul Krugman, do MIT, e ex-membro da assessoria de Bill Clinton: "Imagine você comprando um exemplar do manual de melhor vendagem sobre economia internacional. O que ele explicaria sobre os meios de enfrentar esta súbita perda de confiança dos investidores internacionais? Não muito (creia-me, sou co-autor desse manual)", reconhece Krugman, para quem "a administração da crise tem sido um gigantesco aprendizado, até agora, em grande parte, trágico".

Eco é espelho do que se diz nos centros mundiais do capitalismo, propagandistas eméritas das virtudes do livre mercado de capitais e de mercadorias, do estado mínimo e do fim dos benefícios sociais dos trabalhadores. *Vêja* e *Exame* também registraram sua perplexidade. Para *Exame*, a "coisa essencial a ser dita sobre a crise" é que ninguém "está a salvo dela" (26/8/98); enquanto *Vêja*, sem referências conceituais para compreender a turbulência, julgou-a incompreensível: "Nem economistas de prestígio internacional estão sabendo como lidar com esta crise" (9/9/98).

Mas a crise, em seu trabalho de demolição, tem seus méritos. Dois se destacam. O primeiro é este desmascaramento da apologia que se apresentava como ciência. O outro é o questionamento, que se generaliza, de instituições totêmicas do domínio do capital financeiro – FMI, Banco Mundial, governo dos EUA e seu banco central, o Federal Reserv (FED), grandes acadêmicos de notáveis universidades americanas e os sacerdotes de Wall Street. Hoje, em consequência da desastrosa política que impuseram à Ásia e à Rússia, de aventuras especulativas mal explicadas, todos estão sob suspeita.

O papa do neoliberalismo, o economista Milton Friedman, prega a extinção pura e simples do FMI. Paul Krugman, num artigo famoso escrito para a revista *Fortune*, em agosto de 1998, diz que o receituário clássico do FMI para crises como a asiática fracassou. O próprio Robert Rubin, secretário do Tesouro dos EUA e um dos responsáveis pela política que levou a Ásia ao desastre, manifesta agora a opinião de que o FMI deve mudar. Deve abrandar o viés exclusivamente financeiro de suas políticas e "dar mais atenção aos aspectos sociais, às práticas do bom governo" e, não poderia deixar de ser, obter o "compromisso real dos governos com as reformas".

Instituições internacionais que apregoavam os benefícios da globalização agora reconhecem seu fracasso, ao mesmo tempo em que o dogma da mão invisível do mercado começa a ser questionado por figurões das finanças mundiais. Um relatório do Banco Mundial, divulgado em setembro de 1998, diz que a globalização aumentou a vulnerabilidade da América Latina a ocorrências em outras partes do mundo, fez crescer a diferença entre ricos e pobres, e não melhorou a distribuição de renda na região, mas a deteriorou em muitos dos países latino-americanos, resultando "em índices de pobreza que permanecem inaceitavelmente altos".

A fé na excelência do mercado, por outro lado, já não é absoluta. O megaspeculador George Soros, em artigo publicado na revista *Vêja*, diz que "os mercados não podem ser deixados para corrigir seus próprios erros, porque eles podem reagir de maneira exagerada e de forma indiscriminada". William Greider, autor do livro *O Mundo na corda bamba*, é mais radical. Para ele, a ideia "de que mercados virtualmente desregulados regem as sociedades mais sabiamente que governos soberanos está sendo esmagada pela realidade".

A crise atual comprova a arrogância dos que falaram no "fim da história"

Se as instituições estão sob questionamento, a lenda de que as crises decorrem

de maus governos, do estatismo, da acomodação, falta de persistência e baixa vontade de trabalhar de povos não brancos, sofreu um rude golpe com a quebra do Long Term Capital Management, um fundo de investimentos para milionários fundado em 1994 em Manhattan. Sua direção reunia aquilo que há de melhor, pelos padrões das finanças internacionais: magos de Wall Street, ex-altos funcionários do governo dos EUA, entre eles um ex-vice-presidente do FED, e – o que é mais importante – os dois ganhadores do prêmio Nobel de Economia de 1997, Robert Merton e Myron Scholze.

Ali não havia latinos, nem políticos, nem funcionários públicos, e o credo dogmático que orientava o fundo de investimentos – como, aliás, todos os outros – era o privatismo mais radical e consumado. Pois bem. Seu crédito era imenso, e o fundo conseguiu fazer negócios no volume de 1,2 trilhões de dólares (uma vez e meia o PIB do Brasil!). Em setembro de 1998, com a sem cerimônia de um país “emergente”, o LTCM quase quebrou. Amargou prejuízos de 9 bilhões de dólares, e só não faliu pela interferência – ora, vejam! – do governo dos EUA. O Estado, esse avantesma que assusta os neoliberais, encorajou os bancos a dar um empréstimo de 3,6 bilhões e evitar a debacelê daquela até então brilhante casa de investimentos, que – diz o *The New York Times* – não tinha a transparência entre suas virtudes.

As manifestações de perplexidade que a crise gerou são palavras que soam como um epitáfio para a arrogância que proclamou, há 10 anos, o fim da história. Naquela época, a ruína da experiência socialista iniciada em 1917 deixou numa sombra espessa à própria crise, profunda e duradoura, do capitalismo. Apologistas afoitos viram naqueles acontecimentos o triunfo definitivo do capitalismo como forma final de organização da sociedade, como o término do desenvolvimento da humanidade que, daí em diante, se dedicaria apenas a melhorar e atenuar seus aspectos mais ameaçadores.

Essa ilusão dissipou-se. Realista, *The Wall Street Journal* vê na crise o primeiro grande desafio que a “vitória ideológica do capitalismo” enfrenta após o fim da guerra fria. Este

arauto dos banqueiros de Manhattan é acompanhado por Stephen Rosenfeld, do *The Washington Post*, que é claro: a “crise provoca um impacto particular sobre pessoas que achavam que o sistema capitalista havia sido completamente validado para o uso contemporâneo pela morte do socialismo na velha União Soviética”.

Não é só a teoria que a crise põe em questionamento, mas o próprio neoliberalismo. Ignacy Sachs, um economista francês especializado no Brasil, diz que se ainda é cedo para declarar morto o paradigma neoliberal, não há dúvida de que ele sofreu “um abalo muito sério com a catastrófica inadequação das soluções propostas para as crises asiática e russa”. E pergunta: “quem ousa defender ainda o consenso de Washington”? O próprio economista chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, prega a necessidade de um novo consenso, impregnado – diz Sachs – “por uma boa dose de keynesianismo”.

O artigo de Paul Krugman na revista *Fortune*, em agosto de 1998, ficou famoso justamente por propor, em meio à turbulência, uma volta a Keynes, que os neoliberais exilaram da ciência econômica. Krugman recolocou em circulação a exigência de Keynes na conferência de Bretton Woods, onde foi criado o Fundo Monetário Internacional, em 44: o controle do fluxo internacional de capitais pelos governos nacionais. Não era a única proposta herética contra o neoliberalismo, nem mesmo a mais radical. Jan Kregel, um dos autores do documento *Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento, 1998*, da UNCTAD, defendeu não só uma “forte regulamentação internacional” para evitar a recessão, mas também a declaração da moratória por países que, como o Brasil, são fortemente prejudicados pela instabilidade dos mercados mundiais.

Outro diretor da UNCTAD, Yilmaz Akyuz, propõe uma “moratória civilizada” para países em crise. Uma vez que as operações típicas do FMI são feitas, diz ele, “após o colapso das moedas, para salvar os bancos, não para salvar o país”, Akyuz defende a idéia, nesta altura explosiva, de que os “países devem ter o direito de proteger suas economias da instabilidade financeira internacional”. Não

é demais lembrar, também, que a UNCTAD é dirigida pelo brasileiro Rubens Ricupero, que foi ministro da Fazenda na época da implantação do plano Real e hoje é um crítico do neoliberalismo.

O neoliberalismo é uma apologia a serviço da oligarquia financeira

A palavra teoria vem do grego *theorein*, e significa olhar, observar, compreender. Em seu significado usual, em nosso idioma, implica também em entender as linhas gerais de um fenômeno ou conjunto deles e antever seus desdobramentos. Nesse sentido, o neoliberalismo, como teoria, é mesmo um fracasso. Longe de encarar a economia como um conjunto de fenômenos objetivos, com dinâmica própria e que exige – para sua compreensão – categorias próprias, o neoliberalismo repete a tragédia da apologia burguesa. O auge da economia burguesa como ciência deu-se na época em que a burguesia, como classe revolucionária, dirigia o ataque ao feudalismo e ao *ancien regime*. Teve gigantes como Adam Smith e David Ricardo. Entretanto, em seguida, a ciência econômica da burguesia degenerou em mera apologia, propaganda do capitalismo como sistema econômico, político e social natural e que corresponde aos anseios humanos de felicidade e bem-estar.

O neoliberalismo é mais uma dessas formas de apologia, adequada agora ao domínio mundial do capital financeiro. E, como os apologistas do capitalismo fazem há mais de 150 anos, ancora sua análise do comportamento dos mercados em categorias da psicologia individual, como a confiança, o medo, o “instinto de rebanho”. Chega a buscar ajuda a forças sobrenaturais, incapaz de compreender que a crise surge de características intrínsecas da produção capitalista, como se depreende da participação do mago da auto-ajuda Paulo Coelho no World Economic Forum, em Davos, na Suíça, em janeiro de 1998. É significativo porque esta é a principal reunião dos governos e dos grandes financistas, onde são debatidos os problemas do capitalismo no mundo.

Em agosto de 1998, o ministro da Fazenda de FHC, Pedro Malan, disse que “o mercado financeiro é movido ... por uma combinação peculiar de ambição, medo e ignorância. Em momento de euforia, a ambição e a ignorância prevalecem sobre o medo. Em momentos de contração, o medo e a ignorância prevalecem sobre a ambição. Nós temos um comportamento de rebanho, ora na expansão, ora na contração”. Malan reuniu, em sua explicação, elementos psicológicos à ignorância, e a única coisa comum às duas situações referidas (os momentos de euforia e de contração) é a ignorância.

Se levarmos em conta que a expressão “mercado financeiro” indica banqueiros, financistas, economistas, profissionais dos bancos, corretoras, fundos de investimento, agentes do governo, começamos a entender as razões da perplexidade que a crise causa – o “mercado financeiro” é formado por gente altamente sofisticada para lidar com números e valores, mas perfeitamente ignorantes quando se trata de compreender o funcionamento da economia real, e menos esclarecidos ainda quando se trata de coisas complexas como a política ou a sociedade.

Idéias dessa natureza – explicar a crise através da “perda de confiança dos investidores”, da “psicologia do rebanho”, do medo – perpassam a imensa maioria dos escritos sobre a crise. De Alan Greenspan, o poderoso presidente do FED, ao presidente norte-americano Bill Clinton, aos professores e especialistas que escrevem nos jornais e revistas. Trata-se, para estes escritores, de olhar para os acontecimentos apenas pela ótica do indivíduo e, não é sem razão, que a teoria das escolhas racionais tenha tanto prestígio entre eles: ela diz que as pessoas tomam sempre as decisões que parecem acertadas e racionais para seu interesse pessoal. O mundo seria movido por essas escolhas individuais, e não por fenômenos coletivos ou sociais, que condicionam o comportamento e a ação dos homens.

Greenspan é um exemplo dessa repetição monocórdica dos dogmas idealistas da economia neoclássica. Em seu discurso na Universidade da Califórnia, em setembro de 1998, disse que o “próprio conceito de riqueza não

tem sentido a não ser como reflexo das preferências humanas". É o idealismo mais comecinho, distante do caráter profundamente científico da obra de homens como Adam Smith e David Ricardo, que compreendiam a economia como um fenômeno objetivo, para quem o subjetivismo, que hoje domina a teoria econômica, pareceria no mínimo estranho.

Agravamento da crise gera temor de que ocorram reações incontroladas

Outra opinião, nesse sentido, é a de William Greider, que fala em três correntes que alimentam a crise. A primeira, o colapso dos ativos financeiros inflados, leva à segunda, a retração da demanda por mercadorias; a terceira, "menos tangível" e "mais perigosa", é a "psicologia da difusão do medo". "Medo e pessimismo imobilizante estão no centro de qualquer depressão".

A não ser eventuais e raros amadores, quem controla e gerencia os capitais investidos no mercado financeiro são principalmente profissionais armados dos mais sofisticados instrumentos que a tecnologia criou para obter rendimentos sempre crescentes. Os movimentos desses profissionais decorrem de causas muito objetivas. Hoje, com os computadores e as comunicações em tempo real, a possibilidade de explorar diferenciais de preços e juros em todos os mercados é imensa. Sem controle, o capital entra e sai de suas posições com a rapidez dos registros eletrônicos dos computadores. E seu entra e sai é regido justamente por aquela necessidade, para o capital, de buscar remunerações crescentes que, numa época em que a produção capitalista patina e a riqueza não cresce na medida das necessidades da acumulação e reprodução do capital, são obtidas menos na produção e mais nos investimentos financeiros. As explicações psicológicas passam ao largo desse movimento objetivo, necessário para a saúde do capital.

Se há medo, ele está em outra esfera – a política, não a econômica. E há manifestações evidentes dele. O discurso de Bill Clinton no

Council on Foreign Relations, em Nova York, não deixa dúvidas. Falando sobre a Ásia, ele disse que "transições econômicas dolorosas sem uma rede de segurança social adequada podem sacrificar vidas em nome da teoria e, devo acrescentar, podem gerar tanta resistência a ponto de causar a paralisação da reforma". Isso pode ameaçar o capitalismo, que se esconde – no jargão liberal – sob as expressões *democracia* e *mercado livre*. Assim, é possível compreender a preocupação do presidente norte-americano expressa naquele discurso. "Se os cidadãos se cansarem da espera pela democracia", disse, "existe o risco real de que a democracia e os mercados livres, em vez de continuarem a prosperar juntos, comecem a definhar juntos", criando "grandes riscos não só para os nossos interesses econômicos, mas também para a nossa segurança".

Clinton voltou ao tema em seu discurso na 53ª Assembleia Geral do FMI e do Banco Mundial, em outubro de 1998. "Hoje percebemos um profundo desafio político para a ordem econômica global. A crise financeira constitui um teste duro para se saber se as democracias são capazes de produzir o amplo apoio público necessário para as difíceis políticas que envolvem o sacrifício hoje para o crescimento de amanhã." Pondo o dedo na ferida, ele aborda o tema que os economistas evitam: "A menos que façamos com que os trabalhadores tenham um grande interesse no resultado, eles irão, natural e compreensivelmente, erguer obstáculos à mudança".

Paul Krugman é outro que também teme as reações incontroladas. Comentando a hipótese de que a atual política cambial brasileira seja mantida, ele pergunta: "será que o tecido social agüenta tanta pressão?" Henry Kissinger, com sua habitual clareza, diz por sua vez que da "mesma forma como o capitalismo implacável do *laissez-faire* do século 19 gerou o marxismo, a globalização indiscriminada da década de 90 pode gerar um ataque mundial contra o próprio conceito de mercados financeiros livres."

Ao contrário do que parecem, estes homens não estão preocupados com a democracia ou o bem-estar dos povos e dos trabalhadores, mas sim com a defesa e a manutenção do sistema capitalista, do qual são dirigentes

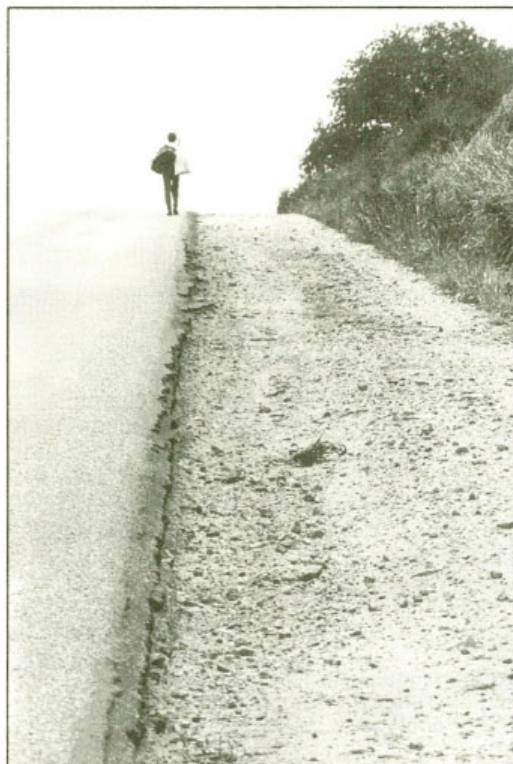
e pelo qual são responsáveis. Eles preparam-se para as turbulências que temem encontrar pela frente, e lutam por criar o consenso necessário, em torno da burguesia financeira e monopolista e seus líderes, para enfrentá-las. Turbulência cujo nome mais correto é luta de classes, e que – consequência da globalização – tem expressão mundial.

Para os marxistas, a crise é desdobramento lógico do desenvolvimento capitalista

Com a globalização, assistimos ao coroamento de um processo antevisto teoricamente por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* – o domínio da burguesia engloba todos os países, joga-os todos na mesma ebulição incessante do lucro para o capital. Se a crise deixa perplexos os analistas neoliberais, para os marxistas ela não causa estranheza, mas é compreendida como o desdobramento lógico e necessário do desenvolvimento do capitalismo, e os próprios porta-vozes do capital são forçados a reconhecer a importância do pensamento de Karl Marx. Já em 1991, *The Wall Street Journal* dizia que enquanto as estátuas de Marx caem, sua sombra persiste. “Marx anteviu que a concorrência aberta iria corroer a estrutura moral da sociedade, produzindo indivíduos alienados, interessados apenas no seu próprio lucro”, afirmava o artigo.

No ano passado, Paul Krugman também referiu-se a Marx, comparando-o a Keynes. Marx, disse, nunca conseguiu “oferecer uma explicação abrangente sobre os motivos pelos quais estas catástrofes acontecem ou qualquer sugestão sobre o que fazer a respeito delas (exceto abolir o capitalismo)”. Krugman foi ao ponto: para os marxistas não se trata, claro, de dar soluções para o capitalismo. É também falso que Marx não tenha encontrado explicações para as crises. Ao contrário, vivemos hoje aquilo que, para o marxismo, é uma autêntica *crise de manual*.

A compreensão destes processos objeti-



João Zinclar - Oropel

vos traz consigo o questionamento do próprio processo de produção capitalista, de sua racionalidade e, no limite, do próprio modo de produção capitalista que, visto sob a ótica marxista, revela-se como *histórico*, transitório, etapa do desenvolvimento humano que deve superá-lo e substituí-lo por outra forma, superior, de organização da sociedade e da vida. Este não é evidentemente o caminho dos ideólogos do capitalismo, cuja tarefa, na verdade, não é a compreensão científica deste sistema, mas promover sua justificação, encontrar argumentos que dêem legitimidade à injustiça e à violência que dele decorrem.

Walden Bello, professor da Universidade das Filipinas, mostrou, com precisão, como a crise revelou o que é que se oculta por trás das idéias neoliberais: “A crise financeira asiática serviu”, disse ele num artigo na *Far Eastern Economic Review*, “simplesmente, para sublinhar o fato de que a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização, pela via do livre mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fê desfilando como ciência”.

* Jornalista, integrante do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

FOME E LUTA E

João Zinclar, 41 anos, gaúcho de Rio Grande, ex-operário metalúrgico, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Fotógrafo há três anos, realiza coberturas para vários sindicatos da cidade. Sua viagem para o sertão do Nordeste entre maio e junho deste ano foi motivada pela recente mobilização da população local, a fim de amenizar os problemas da seca e da fome que estão ainda mais acentuados atualmente.

Para realizar esse trabalho, Zinclar percorreu as seguintes cidades do sertão em Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande e arredores, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Santa Rita Veneranda, Ouricuri e Araripina; no estado da Paraíba: Campina Grande, Açude Boqueirão, Queimadas e Fazenda Caitité. O autor conseguiu, com sensibilidade, extrair de seus personagens fotografados, às vezes, dignidade, outras resignação ou força, que estes brasileiros possuem para encarar este eterno problema. As imagens jornalísticas são marcantes e nos fazem mais uma vez pensar: o que podemos fazer para minimizar o problema destas pessoas? João Zinclar está fazendo a sua parte, denunciando esta situação.

(Silnei Martins e Roberto Mercury)



Sem-terra no Acampamento Aracá (Orocó-PE)

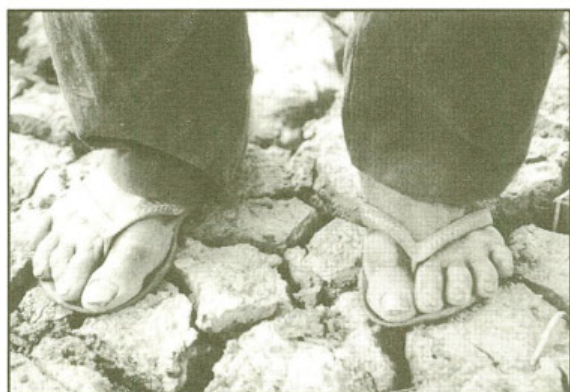


Santa Rita Veneranda (PE)



Família recebendo cestas básicas em Roseira (Lagoa Grande-PE)

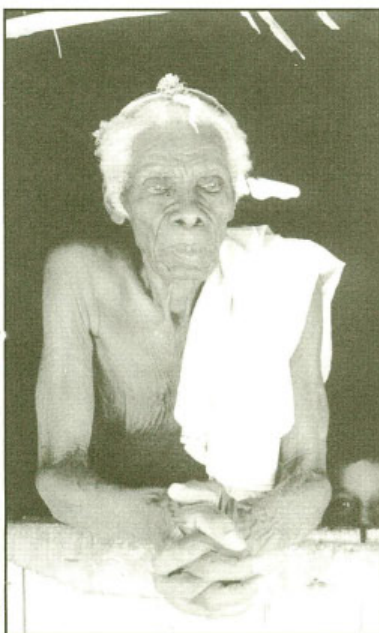
EM TERRA SECA



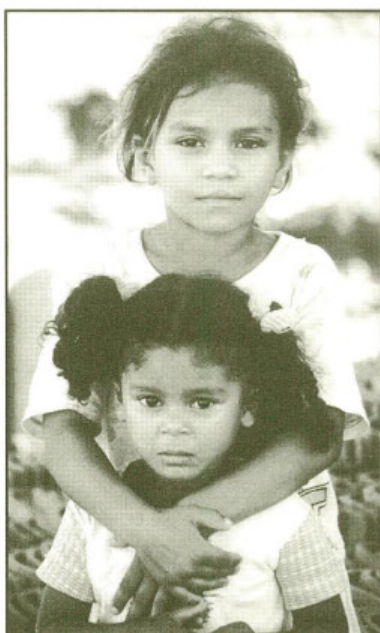
Santa Rita Veneranda - PE



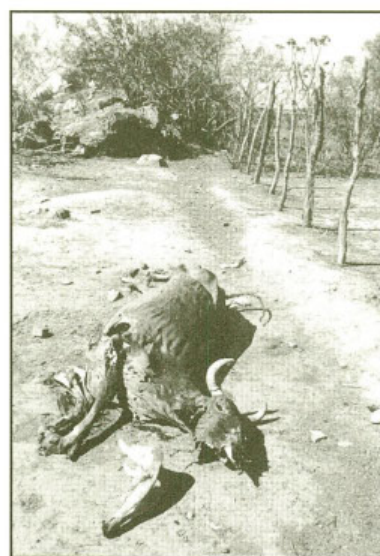
Sertaneja colhendo graveto
(Ouricuri-PE)



Sr. Raimundo Nonato, 97
anos (Lagoa Grande-PE)



Crianças em Lagoa
Grande - PE



Fazenda Caiteté (Queimadas -
PB), 30km do Açude de Boqueirão

O sindicalismo francês no combate ao neoliberalismo

A crise estrutural do capitalismo na Europa, caracterizada por um crescimento econômico medíocre e pelo desemprego em massa (oscila hoje em torno de 10% da PEA, contra 1,5% nos anos 60), deu impulso à ofensiva neoliberal na região, com o capital centrando seus objetivos no desmantelamento do “Estado de Bem-Estar Social” e na redução dos direitos previdenciários e trabalhistas. Por outro lado, ensejou também uma férrea resistência do proletariado, até o momento bem sucedida, uma vez que resultou em sucessivas derrotas da direita, alterando o cenário político e comprometendo a agenda neoliberal. Agora a Europa exhibe, predominantemente, a cor da social-democracia.

Coube aos franceses o mérito de vanguardear este movimento, deflagrando a histórica greve de 1995 que paralisou várias regiões do país durante 24 dias e que, na seqüência de outras lutas, desaguou na vitória da coligação de esquerda encabeçada por Lionel Jospin, nas eleições de meados de 1997. A relação entre o sindicalismo e o governo Jospin, as perspectivas abertas aos trabalhadores e outros temas afins são abordados na entrevista concedida à *Debate Sindical* por Michel Carre, secretário da Federação Metalúrgica da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e Manoel de Almeida, secretário geral do Sindicato da Renault, que reproduzimos abaixo.

Que papel o movimento sindical jogou na mudança da agenda política na França, antes ditada pela direita e carregada de medidas neoliberais, e, agora, depois da vitória da coligação entre socialistas, comunistas e verdes, aparentemente orientada por prioridades diferentes?

Em novembro de 95, o movimento sindical deflagrou um grande movimento social, marcado por greves e manifestações de massa, uma luta que começou para garantir a aposentadoria aos 55 anos de idade e aumento salarial. Este movimento, que desde então não cessou, foi a causa da derrota infringida à direita

nas eleições legislativas de 97. Ele nasceu em oposição ao governo Juppé, contra as medidas que pretendia implementar de cortes nos direitos previdenciários e no seguro saúde.

Ocorreu, então, uma grande unidade dos trabalhadores contra a ofensiva de Juppé. Embora a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDF, social-democrata) tenha tomado uma posição favorável ao governo, as outras organizações sindicais, e em especial a CGT, uniram-se numa oposição muito firme contra as reformas neoliberais que ele tentava impor. O presidente Chirac antecipou a convocação de novas eleições pensando que ainda

teria tempo de ganhar o pleito e refazer um governo majoritariamente de direita, mas acabou sofrendo uma grande derrota.

Quais as perspectivas dos trabalhadores com o governo liderado pelo primeiro-ministro Jospin?

Apesar do movimento social ter rejeitado a política da direita, a orientação de Jospin ainda não é satisfatória. Muitos problemas persistem e a falta de solução leva ao avanço da extrema-direita. Há muita vontade dos trabalhadores de mudar a situação, mas a força dos patrões e da direita é grande. Eles exercem forte pressão sobre o governo e Jospin está ficando a meio caminho, por exemplo, em relação à política de privatizações, em que continua aplicando o plano de Juppé. Isto cria uma situação complicada, uma vez que os trabalhadores se opõem, e cada dia mais, a tal orientação.

O fato de Jospin não cumprir muitos dos seus compromissos – o nível de desemprego, por exemplo, continua alto – alimenta a Frente Nacional, permite-lhe fazer uma campanha racista em que atribui os problemas sociais, e em particular o desemprego, aos imigrantes. Esta linha – aliada às promessas não cumpridas e às perspectivas frustradas – faz com que uma parte dos trabalhadores passe a apoiar a extrema-direita. A questão do racismo é muito séria na França e o governo precisa tomar medidas para manter a confiança dos trabalhadores e não favorecer o avanço da Frente Nacional.

Luta pelas 35 horas semanais envolve os desempregados e ultrapassa as fronteiras

É preciso aplicar imediatamente a jornada de 35 horas semanais e tomar outras iniciativas para gerar novos empregos. Os trabalhadores estão decididos a lutar por isto. Várias manifestações de rua exigindo o cumprimento dos compromissos do governo neste terreno ocorreram e vêm ocorrendo, contando inclusive com uma boa participação dos sem-empregos.

Como se dá a participação dos desempregados nesta luta?

Tem sido estimulante. Mais de 10 mil desempregados já aderiram à CGT e a luta pelo emprego tem crescido. Outro aspecto importante é que as manifestações extrapolam as fronteiras nacionais. Já realizamos um grande ato conjunto com os camaradas alemães em Estrasburgo, cidade fronteiriça entre os dois países. E, o que é fundamental, temos colhido resultados concretos significativos, como subsídios aos sem-emprego para passar o Natal, aumento do valor do seguro-desemprego, isenção do pagamento de tarifas públicas, prestação da casa própria e aluguel, entre outros.

Mas a nossa luta prioritária é pela redução da jornada de trabalho. Exigimos negociações imediatas nas empresas com mais de 20 empregados para a implantação da semana de 35 horas. As empresas que implantarem as 35 horas devem receber benefícios do governo. A CGT fará de tudo para forçar os patrões a negociar e ceder nesta questão. Evidente que é uma batalha difícil. Logo que foi aprovada no parlamento, o representante do patronato declarou guerra à lei das 35 horas. Depois houve eleições que renovaram o mandato do sindicato patronal e tal posição mudou. O novo presidente briga agora por subsídios do Estado para tornar as 35 horas uma realidade.

A nossa luta, hoje, não se restringe à velocidade de implantação da nova jornada, mas também em decidir como isto se dará. Há uma tendência em vincular a redução do tempo de trabalho à flexibilização da jornada e dos contratos, assim como à evolução da produtividade, o que contraria os interesses dos trabalhadores. Exigimos a manutenção dos direitos, bem como do valor dos salários. Estima-se que a aplicação efetiva das 35 horas criaria cerca de 600 mil novos empregos.

Jospin disse que criaria outros 700 mil empregos, sendo 300 mil no setor público. Há duas coisas a dizer sobre isso. Primeiro, que efetivamente só foram criados 150 mil novos empregos no setor público, com um salário mínimo (2.500 francos) inferior ao garantido nas convenções coletivas (6 mil francos). A CGT luta para que todos recebam o mesmo

Januario F. da Silva



salário. Não concordamos com a flexibilização e a redução de direitos ou salários. Entretanto, os jovens apoiam tais iniciativas do governo, por acharem que o contrato especial nas novas admissões abre perspectivas profissionais.

Como vocês avaliam o governo Jospin?

Jospin pediu um tempo, de dois anos, para preparar o terreno visando cumprir seus compromissos. Agora nós estamos entrando concretamente nos grandes temas: a questão social, o seguro saúde, as garantias coletivas, redução do tempo de idade para aposentadoria, educação, transportes, formação profissional e outros. O governo está sendo confrontado com a necessidade de realizar o que prometeu ao povo. Ao mesmo tempo, vê-se diante de outras exigências decorrentes do processo de unificação monetária em curso na Europa, que exige metas macroeconômicas, em relação à inflação, câmbio e gastos públicos, por exemplo, que tendem a ser contradi-

tórias com as demandas populares.

Os trabalhadores devem lutar, fazer frente ao capital e exigir medidas que solucionam efetivamente os seus problemas. Se Jospin não tomar tais medidas terá o mesmo destino do Juppé e a alternativa a ele pode ser a direita clássica, o que constituiria um retrocesso. Apesar de todas as dificuldades, daqui para o ano 2000, se o governo aplicar o projeto pelo qual foi eleito, a esquerda vai avançar e manter a confiança dos trabalhadores e do conjunto do seu eleitorado.

A posição da CGT é vigorosa neste sentido. Estamos certos de que se houver unidade e firmeza das organizações sindicais, vamos avançar. Nós, da CGT, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance neste sentido. Já contamos com a experiência do governo Mitterrand, que frustrou as expectativas do povo. Jospin reconhece essa decepção e disse que fará de tudo para evitar os erros então cometidos. Desejamos que de fato seja assim, vamos ver.

Entrevista
concedida a
Umberto Martins

AMI, a lei de domínio do mundo das multinacionais

Umberto Martins *

14 de outubro foi um dia de festa para a esquerda francesa e as forças progressistas em todo o mundo. Em pronunciamento na Assembléia Nacional, que mereceu calorosos aplausos da bancada de esquerda e de parte da direita gaullista, o primeiro-ministro Lionel Jospin anunciou que a França não mais participará das negociações do Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O acordo em questão é pouco comentado e conhecido por aqui. Na França, conforme a opinião pública foi adquirindo consciência do seu conteúdo, ele esbarrou na resistência de uma ampla e mobilizada oposição popular. Artistas, sindicalistas, políticos e personalidades progressistas, ao lado de diversas entidades da sociedade civil, conscientes do seu significado imperialista e reacionário, promoveram uma forte campanha contra o AMI. Em boa medida, a posição de Jospin é uma vitória dessas forças.

A idéia do acordo é um desdobramento da proposta norte-americana de regulamentar (com normas neoliberais) as relações internacionais no chamado setor de serviços. O AMI começou a ser discutido no interior do antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e de sua sucessora (a partir de janeiro de 1995), a Organização Mundial do Comércio (OMC), integrada por 123 países – um fórum que logo se revelou muito amplo para o debate dos interesses em jogo.

Nações do chamado Terceiro Mundo, e destacadamente a Índia, notaram o caráter imperialista da iniciativa e reagiram, apresentando inúmeros senões, de forma que as po-

tências capitalistas decidiram transferir os debates acerca do tema para o espaço mais restrito da OCDE, que (com seus 29 membros, incluindo o G-7) afinal reúne as nações-sedes das multinacionais, banqueiros e grandes investidores internacionais.

Suas cláusulas foram sendo definidas em absoluto segredo nos últimos anos, procedimento que dá uma boa pista sobre as intenções dos seus autores. O muro de silêncio foi quebrado em abril de 1997 quando um movimento de cidadãos norte-americanos contra o chamado *fast track*, que autoriza o presidente dos EUA a assinar acordos comerciais que não podem sofrer emendas do Congresso, acabou levando os parlamentares daquele país a se informarem melhor sobre as negociações em torno do acordo, conduzidas pelos departamentos do Estado e do Tesouro.

Embora as autoridades dos EUA negassem sua existência, o texto do AMI, sugestivamente apresentado como “a Constituição de uma economia mundial unificada” pelo diretor geral da OMC, Renato Ruggiero, já estava elaborado e acabou vazando. Foi publicado em outubro do ano passado pelo jornal *Le Monde Diplomatique*. Com onze capítulos,

tratando da preservação dos interesses das grandes corporações estrangeiras, o AMI é, conforme a definição do jornalista francês Lori Wallach (*Le Monde*, fevereiro), “o novo manifesto do capitalismo mundial”.

Além de dar um estatuto jurídico à política neoliberal, com seu arsenal de “desregulamentações” (o capítulo III, por exemplo, proíbe o tratamento diferenciado entre empresa nacional e estrangeira – uma das “lições de casa” que o governo FHC já fez), o acordo consagra uma transferência (quase total) de soberanias dos Estados para os investidores “globais”. Em todas as áreas: agricultura, indústria, comércio e serviços. Compreende-se, através dele, a insistência com que a ideologia neoliberal da “globalização” vendeu a teoria do fim das barreiras nacionais e mesmo a proposta (feita pelos EUA, durante o governo Bush) de substituição dos exércitos locais (nos países periféricos) por uma força “de paz” multinacional, naturalmente comandada pelo imperialismo.

Um domínio absoluto, incontestável e totalitário sobre todas as nações

“Teríamos que voltar os olhos para os mais leoninos tratados coloniais para ver expostos com tanta arrogância dominadora os direitos imprescritíveis do mais forte – neste caso, as sociedades transnacionais – e as obrigações draconianas contra os povos”, comenta Lori Wallach. “Imaginem um tratado de comércio autorizando as empresas multinacionais e os investidores a perseguir os governos diretamente na Justiça para obter perdas e danos como compensação de qualquer política ou ação pública que teria por consequência a redução dos seus lucros. Isto não é o enredo de um livro de ficção sobre o futuro totalitário do capitalismo”. É o AMI, que pretende o domínio absoluto e incontestável, totalitário, dos grandes investidores mundiais sobre todas as nações, sem exceção.

O “acordo” estabelece uma série de deveres e obrigações para os Estados visando preservar os interesses das multinacionais, que

ficam isentas de quaisquer compromissos – só têm direitos. “As regras relativas às ‘expropriações e indenizações’ são as disposições mais perigosas do AMI”, afirma Wallach, complementando:

“Elas dão a toda empresa ou investidor estrangeiro o direito de contestar qualquer política ou ação governamental – das medidas fiscais às disposições sobre o meio ambiente, da legislação trabalhista às regras de proteção ao consumidor – que porventura constituam ameaças contra seus lucros. Assim, enquanto os Estados praticam cortes evidentes nos programas sociais, eles estão obrigados a aprovar um programa mundial de assistência às firmas transnacionais (...) A cláusula que garante a ‘proteção contra agitações’, para não mencionar revoluções, estados de emergência ou outros acontecimentos do gênero, impõe aos governos a obrigação de garantir os investimentos estrangeiros contra todas as perturbações que poderiam reduzir sua rentabilidade, seja movimentos de protesto, boicotes ou greves. É o suficiente para estimular os governos, sob a tutela do AMI, a restringir as liberdades políticas e sociais”.

Não é por obra do acaso que a proposta de um Acordo Multilateral sobre os Investimentos surgiu nos anos 90. Ela reflete os interesses que emergem da intensificação do processo de globalização do capital, traduzido na febre de fusões e aquisições no seio das grandes empresas internacionais, privatização e desnacionalização nos países capitalistas dependentes, desregulamentação do fluxo de capitais e crescimento do grau de “exposição” dos investimentos estrangeiros em diferentes países e regiões, destacadamente no “Terceiro Mundo”. É um projeto, por natureza, totalitário – e é esta a sua característica mais inquietante.

Aumento das contradições entre as grandes potências dificulta o acordo

Ao abandonar as negociações do AMI no seio da OCDE, o primeiro-ministro Lionel Jospin tomou uma atitude corajosa, digna de

um líder de esquerda. Mas, é inegável que ele contou também com o respaldo da burguesia francesa. Os aplausos que mereceu dos gaullistas não significam outra coisa. Seu gesto, portanto, reflete também as contradições entre as próprias potências capitalistas acerca do tema, que (tal como reza a teoria) naturalmente estão sendo acirradas pelo agravamento da crise econômico-financeira mundial.

Se é verdade que os investidores têm unidade de propósitos no que diz respeito à defesa de seus lucros e ativos pelo mundo afora (e particularmente no "Terceiro Mundo"), não é menos verdade que as divergências e concorrência em seu próprio meio são formidáveis e crescentes. Os senões neste sentido em torno do AMI são ilustrativos. A posição mais cínica é dos próprios EUA, cujo governo apresentou nada menos do que 400 páginas de "reservas" ao acordo, inclusive a seguinte: o AMI só poderia ser aplicado ao país na medida em que não ferir as competências e soberanias dos Estados. Como a porção do território americano não abrangido pelos Estados federados "é bastante reduzida", conforme a definição irônica de Lionel Jospin (no pronunciamento aos parlamentares dia 14), é de supor que o grande império não aceita para si as regras que quer impor aos outros.

"Quando se observam os transtornos recentes, precipitados e algumas vezes irracionais, que sacudiram os mercados, não nos parece sábio deixar os interesses privados invadirem por demais a esfera de soberania dos Estados. Estes devem permanecer atores maiores na vida internacional", sustentou o primeiro-ministro francês. Sua posição compromete o futuro do AMI, mas não significa necessariamente o seu fim.

Os investidores estrangeiros não vão abrir mão dos seus interesses e propósitos. É preciso, portanto, que as forças e personalidades progressistas permaneçam em alerta e sobretudo informados a respeito do tema, mesmo porque "como um drácula político", observa o jornalista Lori Wallach, o AMI "não pode viver na luz do dia. No Canadá, a revelação de sua existência levantou uma tempestade maior do que a do tratado de livre-câmbio com os Estados Unidos há 10 anos. Nos Estados



Ilustração de Vicente Mendonça/Sinfar

Unidos ele foi fortemente atacado no Congresso". Nós, habitantes do "Terceiro Mundo" (principal alvo do acordo), não podemos nos dar ao luxo de ignorar o assunto e permanecer de braços cruzados, como tem ocorrido até o momento, inclusive por falta de informação.

* Jornalista, assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo

Manifesto Comunista - um espectro de 150 anos

José Carlos Ruy *

Em 1848, dois jovens revolucionários alemães constataram que a Europa era assolada por um espectro e registraram num pequeno e genial livro as razões e o programa das mudanças que ele prometia. O fantasma que então assustava a burguesia européia era o movimento operário que, pela primeira vez, emergia no cenário político de forma independente e com um programa próprio, reivindicando, justamente, a substituição do capitalismo por uma forma superior de organização social. Era a constatação de que o brilho do impulso revolucionário cujo auge ocorreu em meados do século XIX se extinguia, e a burguesia, sua principal protagonista, tornara-se esteio da reação e do conservadorismo.

Uma nova etapa histórica tinha início então, e o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, é, por assim dizer, sua certidão de nascimento, um documento que surgiu das necessidades de organização da vanguarda dos trabalhadores: foi o congresso de fundação da Liga dos Comunistas, no fim de 1847, que encarregou Marx e Engels de sua redação. E foi resultado, também, portanto, da combinação da genialidade de seus autores com o cumprimento de uma tarefa decidida coletivamente pela liderança operária.

Assim, o *Manifesto* é, já na origem, uma obra inovadora – a decisão pela sua redação não partiu de um indivíduo, mas da organização de vanguarda, que definiu também as linhas gerais do programa ali defendido. O *Manifesto* também inova ao romper com o pensamento “progressista” da época, expresso no próprio termo comunista de seu título. A palavra socialista, conta Engels num dos prefácios do *Manifesto*, designava o movimen-

to da burguesia bem pensante, bem intencionada, voltada apenas a melhorar o capitalismo eliminando suas piores aberrações. Expressava, portanto, uma crítica burguesa e pequena burguesa do capitalismo.

Contra essa visão, os próprios operários mais conscientes e conseqüentes já chamavam-se a si próprios de comunistas. Batizar, portanto, a organização operária de Liga dos Comunistas (em lugar do nome antigo, Liga dos Justos) e seu programa de *Manifesto do Partido Comunista* foi uma importante indicação de seu caráter revolucionário de classe. Ali, era o proletariado que estava organizado, cujo ponto de vista exprimia-se no pequeno livro de 1848.

**A chamada “globalização”
é uma das ilustrações da
atualidade do Manifesto**

A grande maioria dos eventos e publica-

ções que marcam os 150 anos do *Manifesto* comemoram o aniversário de um documento importante mas ultrapassado, registro de uma época histórica do desenvolvimento humano que já teria sido superada. Supor essa superação significa supor que o próprio marxismo esteja ultrapassado. Afinal, esse é o primeiro texto publicado que expõe os princípios do materialismo moderno, expressão ainda incompleta, embrionária em muitos aspectos, mas que decididamente registra o nascimento de uma nova visão, científica, da história e da sociedade.

Esse pensamento foi a resposta proletária erudita e sistemática às contradições do sistema capitalista. Supô-la superada significa propor que essas contradições não existem mais, coisa que é preciso então demonstrar de forma teórica e prática aos trabalhadores. Pode significar também a crença na substituição do marxismo por outra forma de pensamento mais avançada e adequada ao nosso tempo, o que também é preciso demonstrar. Aqueles que, há mais de 100 anos, dedicam-se a essa tarefa inglória não têm feito mais que repetir velhas teses liberais inspiradas em Adam Smith ou John Stuart Mill, ou preconizar uma dimensão ética cujas raízes estão no pensamento de Emanuel Kant. Dizem avançar em relação ao marxismo, mas voltam para trás na história e vão socorrer-se nos clássicos do pensamento da burguesia!

Enquanto isso, o próprio desenvolvimento histórico vai desmentindo esses caçadores de novidades. A chamada globalização, o domínio do capitalismo sobre todo o planeta, é uma das ilustrações da atualidade do *Manifesto*. Aquilo que Marx e Engels haviam percebido como consequência lógica da dinâmica do capitalismo ocorre, agora, na vida real, sob nossas vistas, mais de um século após sua compreensão teórica. A necessidade de um mercado em constante expansão impele a burguesia a invadir todo o globo, constatarem eles. A burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, arrastando “todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para a civilização”. É como se o *Manifesto* fosse uma espécie de roteiro seguido pelo desenvolvimento do capitalismo.

A centralidade do trabalho e o slogan “proletários de todo o mundo, uni-vos”

Outro aspecto de sua atualidade é o aprofundamento da contradição entre o capital e o trabalho. Sob o domínio da burguesia, as contradições de classe são simplificadas, polarizadas crescentemente em torno das duas classes principais, a burguesia e o proletariado. Muitos dizem que o trabalho perde a centralidade no desenvolvimento moderno, que a tendência à diminuição do tamanho da classe operária leva ao fim das classes sociais e, portanto, da luta de classes.

Uma leitura atenta do *Manifesto* desfaz esse engano e permite uma compreensão mais correta da situação atual. Engels define o que ele e Marx entendiam por proletariado em uma nota à edição de 1888 do *Manifesto*: o proletariado é “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Contudo, durante décadas se confundiu operário com proletário, borrando a diferença entre os dois termos.

O primeiro designa propriamente o trabalhador do chão da fábrica, aquele que opera máquinas, ferramentas e matérias primas para produzir riquezas novas. Seu trabalho pode mudar de forma, seu contingente pode diminuir de tamanho, mas ainda não está no horizonte a época em que esse tipo de trabalhador deixará de existir, apesar de todas as maravilhas tecnológicas de nosso tempo. Proletário, por sua vez, refere-se a uma categoria mais ampla de trabalhadores, na qual os operários estão incluídos. São todos que só dispõem de sua força de trabalho, que é vendida para os donos do capital. Proletários são, portanto, os operários propriamente ditos, mais os professores, os bancários, os médicos, os jornalistas etc.

São todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, uma espécie de gente que cresce nas sociedades capitalistas, apesar das formas jurídicas diferenciadas (assalariamento propriamente dito ou terceirização, que é uma forma crescente de aquisição de

força de trabalho pelas empresas) pelas quais se dá a venda da força de trabalho. Desse ponto de vista, o proletariado nunca foi tão extenso como nas sociedades modernas. E é a ele que o *Manifesto* se refere em seu famoso slogan “proletários de todo o mundo, uni-vos”. E a polarização entre burguesia e proletariado, também, nunca foi tão acentuada.

O mundo novo não será resultado mecânico do desenvolvimento capitalista

O mundo novo – aquele que os proletários tem a ganhar ao eliminar suas cadeias, como dizem Marx e Engels – prometido no *Manifesto* não será, contudo, resultado automático, mecânico, do desenvolvimento capitalista. É certo que a resolução das contradições do capitalismo levará a uma nova forma de organização da vida baseada na propriedade social. Entretanto, a construção de um novo sistema que atenda as múltiplas necessidades e potencialidades humanas não se tornará realidade se os trabalhadores não se organizarem e lutarem para alcançar esse objetivo. Não há nenhuma espécie de determinismo aqui – sua conquista depende da união entre as condições objetivas dadas pelo desenvolvimento histórico com a vontade subjetiva de alcançá-lo, com a consciência da necessidade de superar os limites do capitalismo e construir um caminho novo.

Para isso, diz o *Manifesto*, os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros – eles constituem a vanguarda consciente destinada a unir as várias organizações políticas dos trabalhadores em torno de seus objetivos comuns. Daí a tradicional ênfase dos comunistas em políticas de frente populares e democráticas. O *Manifesto* deixa claro que três coisas distinguem os comunistas das outras correntes revolucionárias e proletárias: primeiro, destacam e fazem prevalecer os in-

teresses comuns de todo o proletariado, independente de sua nacionalidade; segundo, nos vários estágios da luta operária, representam “sempre e em toda a parte” os interesses do movimento em geral; terceiro, os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária; mas, na luta atual, também representam os objetivos futuros desse movimento.

A ambição comunista expressa no *Manifesto* representa uma tarefa histórica imensa. Seu objetivo é radicalizar a democracia, compreendida como o proletariado erigido à posição de classe dominante. Esta é a primeira etapa da revolução. Depois, tirar o caráter político do poder público. Quando, no curso do seu desenvolvimento, diz, desaparecerem as distinções de classe e a produção concentrar-se nas mãos de toda a nação, o poder público perderá seu caráter político, uma vez que o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir outra. O ápice desse desenvolvimento será a eliminação da própria classe operária enquanto classe, o fim de todo domínio de classe e do Estado e a instauração de uma sociedade realmente nova. No poder, dizem Marx e Engels, destruindo as antigas relações de produção, o proletariado destrói também as condições dos antagonismos de classe e as próprias classes em geral, acabando com o domínio de classe.

Nesta época, o *Manifesto* já fará parte do rico patrimônio da história humana; terá deixado de ser um instrumento de luta, uma ferramenta da revolução, já terá cumprido a tarefa histórica de iluminar a luta dos trabalhadores na busca desse mundo novo. Hoje, entretanto, essa luta continua, multiforme e variada, ora mais intensa, ora em ritmo lento, ora explosiva e claramente perceptível, ora oculta como uma toupeira que cava seus túneis sob a terra. E, orientando-a, o *Manifesto* mantém sua atualidade de primeiro e principal programa político do proletariado em luta contra a dominação capitalista.

* Jornalista, integrante do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

Estrutura sindical: construção e resistência

Augusto Buonicore *

No momento em que o governo tenta implodir a estrutura sindical em vigor e reacende a polêmica sobre o tema, o autor apresenta um relato histórico abordando sua origem e desenvolvimento. O artigo evidencia as inúmeras contradições desta trajetória, com as resistências efetuadas e as cisões entre as correntes sindicais. A exemplo do passado, novamente as elites dominantes procuram interferir na organização dos trabalhadores. Antes, fizeram esforços para tutelar o sindicalismo; agora, investem abertamente na sua divisão para facilitar a exploração capitalista.

A Revolução de 30 representou um momento de ruptura na vida nacional. Ela teve consequências profundas no estruturamento político/jurídico do Estado brasileiro e refletiu-se imediatamente no movimento sindical. O sindicalismo no pós-30 não seria mais o mesmo que fora nas décadas anteriores. As condições históricas particulares em que se deu a revolução levaram ao surgimento de um Estado cuja composição política interligou as oligarquias agrárias dissidentes, a nascente burguesia industrial e a burocracia estatal (civil e militar). A nova correlação de forças excluiu a possibilidade da hegemonia política de uma das forças sociais integrantes do bloco no poder.

O equilíbrio instável de forças entre as diversas frações das classes proprietárias possibilitou uma maior autonomia da burocracia estatal, permitindo-lhe aplicar uma política de desenvolvimento (industrialização mais incorporação das massas populares) que não coincide inteiramente com os interesses imediatos de nenhuma das classes no poder. A tentativa de incorporação, de maneira subordinada, das

massas populares urbanas ao Estado visava a constituição de uma base social (popular) de apoio ao projeto de desenvolvimento engendrado pela burocracia estatal.

Estabelece-se após 1930 uma política bifronte que se assenta simultaneamente na tentativa de integração/manipulação das massas trabalhadoras. Os meios privilegiados nesse processo foram a legislação trabalhista e a estrutura sindical corporativa. Não foi à toa que uma das primeiras medidas do governo provisório de Getúlio Vargas foi criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e que este imediatamente tenha elaborado um novo projeto para reorganizar a atividade sindical no país. Já no início de 31, o governo baixa o decreto 19.770, criando um sistema sindical corporativo, atrelado ao Estado, que se organiza verticalmente e por categorias profissionais.

Segundo Antunes, "este decreto criou as condições sobre as quais, pouco a pouco, se consolidou a estrutura sindical brasileira. Entre os seus princípios básicos já constava a subordinação dos sindicatos ao Estado, atra-

vés da intervenção do Ministério do Trabalho junto às diretorias ... O seu caráter desmobilizador também se expressava nas restrições impostas à atuação dos estrangeiros, que constituam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários, além da proibição explícita ao sindicato de exercer qualquer atividade política e ideológica". (Antunes, 1988)

O projeto determinava também a existência de apenas um sindicato oficial por categoria, proibía a unificação horizontal dos sindicatos e estabelecia uma estrutura sindical vertical assentada nas federações e confederações. A lei proibía que os novos sindicatos se filiassem a organizações internacionais sem a prévia autorização do Ministério do Trabalho. A nova lei sindical estabelecia penalidades para o não cumprimento de suas determinações. Penalidades que iam da simples multa até o fechamento do sindicato, passando pelas intervenções e substituição de diretorias eleitas.

**As correntes combativas
rejeitam o atrelamento e
lutam pelo sindicato livre**

O projeto de lei sobre sindicalização recebeu duras críticas dos setores organizados do movimento operário. Anarco-sindicalistas, comunistas, trotskistas, socialistas e até mesmo alguns setores conservadores do movimento sindical se posicionaram contra o referido projeto. O nível de resistência a nova lei foi desigual nas diversas categorias e nos diversos Estados. Em São Paulo, o estado mais industrializado do país e onde existia uma forte influência das correntes de esquerda, a resistência foi maior. No Rio de Janeiro, onde predominava o chamado "sindicalismo amarelo", a resistência foi menor, ocorrendo, inclusive, uma adesão ativa à nova estrutura sindical estatal.

Os comunistas brasileiros combateram energicamente a implantação do sindicalismo oficial. Num artigo publicado em julho de 1931 afirmariam: "O governo e seus agentes locais esforcem-se energicamente para ter sob o seu controle as organizações operárias, pre-



tendendo desempenhar um papel de árbitro 'imparcial' nos conflitos. O digno coroamento desta política é a ultra-reacionária lei sobre os sindicatos elaborada pelo governo federal". E conclui: "os sindicatos revolucionários não poderão aceitar ou adaptar-se a nova lei". (Carone, 1982)

Os comunistas passaram a criticar sistematicamente os sindicatos oficiais criados por elementos ministerialistas e as diretorias classistas que pediam reconhecimento de suas entidades junto ao Ministério do Trabalho. Em um manifesto dirigido aos trabalhadores das fábricas de tecidos de São Paulo, afirmariam: "Alguns operários, diretores de sindicatos, dizem que colaboram (ou fingem colaborar) nestas organizações fascistas, para arrematarmos os trabalhadores e depois colocarmos contra. Estes operários, que assim pensam enganar o governo, terão dentro de pouco tempo o resultado desastroso de sua ingenuidade ... e terão ainda por cima o desprezo da massa que foi por ele traída e amarrada de pés e mãos ao carro da burguesia." (Carone, 1982)

Até 32, os comunistas excluíam as diretorias dos sindicatos oficiais de sua proposta de frente única sindical. Somente no início deste ano, o Comitê Central decidiu mudar a sua posição e defender a atuação nos sindicatos

tos oficiais, constituindo “oposições sindicais” que deveriam travar uma luta enérgica contra as direções ministerialistas. Mas nos sindicatos que dirigiam, eles continuariam defendendo a completa autonomia em relação ao Estado, não permitindo que fossem oficializados.

A resistência nas direções dos sindicatos livres em São Paulo parece ter surtido efeito e isto pode ser constatado pelos dados fornecidos pelo próprio Ministério do Trabalho. No primeiro ano da lei de sindicalização, apenas dois sindicatos haviam pedido reconhecimento; no ano posterior esse número subiu para seis – um índice irrisório. A situação só começou a se reverter a partir de 1933.

A ofensiva do Ministério do Trabalho para dividir as entidades de classe

Diante da resistência, o Ministério do Trabalho desencadeia um amplo processo de divisão das organizações sindicais. Ao lado dos sindicatos livres passam a incentivar a criação de entidades oficiais, reconhecidas pelo Estado. Em janeiro de 33, aproveitando de uma crise no seio da União dos Operários em Fiação e Tecelagem, foi criado o sindicato oficial. A direção desta nova entidade foi assumida por Mário Rotta. Vários sindicatos, inclusive oficiais, denunciaram o fato de Rotta não pertencer a categoria a mais de 15 anos e ser na ocasião dono de pensão, além de membro de uma associação fascista. Isto contrariava os próprios dispositivos da lei de sindicalização, mas, mesmo assim, ele recebeu a carta de reconhecimento sindical em maio de 1934. (Araújo, 1994)

Ao lado da combativa União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo foi criado, em 32, o Sindicato dos Metalúrgicos sob direção ministerialista. A categoria passou a ter então duas organizações. Uma reconhecida pelo governo, mas sem respaldo das massas, e outra mais representativa, mas sem ser reconhecida. A mesma coisa aconteceu com os trabalhadores da Light. Só na cidade de São Paulo foram criados também sindicatos oficiais, paralelos, na base dos vidreiros, chapeleiros,

hoteleiros, comerciários, condutores, entre outros. (Araújo, 1994)

Não foi sem motivo que eles foram considerados, por todas as correntes combativas do movimento operário, como “sindicatos paralelos” que tinham por função dividir os trabalhadores e colocá-los sob a tutela do Estado burguês. É bom lembrar que, mesmo sem a unicidade sindical, existia uma relativa unidade organizacional entre os trabalhadores brasileiros antes de 1930. Uma unidade que, em tese, era defendida por todas as correntes de esquerda. Talvez, naquele momento, os únicos defensores da pluralidade sindical fossem as correntes católicas.

Como o expediente de dividir as bases dos sindicatos livres não atingiu plenamente seus objetivos, o governo dá, então, um novo e decisivo passo no sentido de realizar seus planos. Em novembro de 32, Vargas cria as Juntas de Conciliação e Julgamento para solucionar os conflitos trabalhistas, mas, ao mesmo tempo, restringe o acesso a elas apenas aos trabalhadores sindicalizados nas organizações oficiais. O pior ainda estava por vir. No início de 34 é criada uma lei de férias, só que ela condicionava o exercício deste direito à participação do trabalhador no sindicato já oficializado.

A diretoria da Associação dos Empregados do Comércio protestaria contra tais medidas: “Esta lei não força, aparentemente, os proletários a se sindicalizar mas, aos poucos, vemos que o governo provisório está dando aos sindicatos oficiais todos os poderes legais para agirem em nome de determinada profissão ou corporação, embora tais sindicatos se componham de apenas algumas dezenas de aderentes ... O intuito do Governo Provisório é evidente. Vendo o pouco sucesso numérico dos sindicatos oficiais, teve a idéia, sem dúvida genial, de forçar os operários não sindicalizados ou pertencentes somente aos sindicatos livres a se sindicalizarem oficialmente”.

Manobra do governo força o atrelamento: trotskistas são os primeiros a aderir

A política adotada pelo governo Vargas cria maiores dificuldades para aqueles que de-

sejavam manter suas entidades à margem da tutela do Ministério do Trabalho. Mesmo nas organizações com maior tradição de luta pode-se constatar um aumento da pressão interna vinda de grupos interessados em oficializar os sindicatos e mesmo das bases que desejavam gozar dos benefícios e direitos que só a oficialização poderia trazer.

O melhor exemplo disso ocorreu na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG), entidade sob hegemonia trotskista. Ela se posicionara duramente contra a lei de sindicalização. Em 1932, afirmaria num manifesto: "Aqui em São Paulo, onde a política do Ministério do Trabalho não pode firmar-se pela existência de uma decidida vanguarda operária, cresce a organização no sentido de se fazer uma frente única de ferro contra a sindicalização, de não deixar medrar a má semente do divisionismo, de lutar sistematicamente contra as tendências da cisão nas corporações".

Mas em fevereiro de 34, a situação já era bem diferente. Através do jornal da UTG, os trotskistas afirmavam desolados: "Diante da nova lei de férias ... a nossa existência de sindicato livre está seriamente ameaçada. Observamos que a tendência manifestada por alguns companheiros, para a oficialização da UTG, se reforça cada vez mais. Podemos mesmo adiantar que, hoje, quase a totalidade da corporação é pela oficialização do nosso sindicato não só para a obtenção de férias, como também para salvar a própria unidade organizatória dos trabalhadores".

Após a decisão de solicitar a oficialização da UTG, os trotskistas dão uma guinada na sua política e passam a priorizar a unidade de ação com as direções de sindicatos oficiais. A direção da UTG defenderia então a construção de uma nova federação assentada exclusivamente nestas entidades. Para eles, ao contrário do que afirmavam em 32, a lei de sindicalização "foi se tornando, contra a vontade dos seus idealizadores, um poderoso canalizador de descontentamento de classe". Os trotskistas também criticam duramente as correntes adeptas dos sindicatos livres. (Araújo)

Em maio de 1934, os anarquistas perdem a direção da União dos Trabalhadores da Light para um grupo pró-oficialização. As sucessi-

vas derrotas dos anarquistas são um indicio das mudanças na correlação de forças no movimento sindical, graças a intervenção ativa do Ministério do Trabalho.

Os comunistas dirigiram duras críticas as posições dos trotskistas de ingressar e defender a estrutura sindical corporativa. Mas, no final de 1934, os comunistas começam a dar maior atenção aos sindicatos oficiais, participando mais ativamente dos processos eleitorais para renovação de suas diretorias. Diferentemente dos trotskistas, os comunistas não reduziam seu campo de atuação aos sindicatos oficiais e nem defendiam a estrutura sindical corporativa criada no pós-30.

Com o golpe de 35, governo destrói últimos vestígios do sindicalismo autônomo

Apesar das dificuldades impostas pelo governo e seus aliados, algumas entidades sobreviveram, com certa representatividade, até o fechamento do regime em 1935. A Assembleia Constituinte de 1934 chegou a eliminar a discriminação ao direito de férias, estendendo-o a todos os trabalhadores. Também aprovou, contra a vontade do governo, a autonomia e o direito a pluralidade sindical. O artigo 120 da nova carta constitucional ganhou a seguinte redação: "Art. 120, parágrafo único: A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos".

Mas o governo não estava disposto a aceitar esta derrota. Dois dias antes da promulgação da nova Constituição, que deveria garantir a completa autonomia sindical, o governo baixa um novo decreto que regulamentava o processo de reconhecimento das entidades sindicais e mantinha a maior parte das restrições já existente na lei de sindicalização de 1931. Assim, a Constituição 34, no que diz respeito à liberdade e à autonomia sindical, jamais foi efetivamente cumprida.

Em abril de 1935, diante do avanço da recém criada Aliança Nacional Libertadora dirigida pelos comunistas, o governo aprova a Lei de Segurança Nacional. No dia 11 de

julho, a ANL é colocada na ilegalidade e, em novembro, organiza um levante armado contra o governo. A repressão que se seguiu ao levante pôs fim aos últimos vestígios do sindicalismo livre em nosso país. Os sindicatos não oficiais, sob a direção de anarquistas e comunistas, foram fechados e suas lideranças foram perseguidas. As diretorias de sindicatos oficiais não afinadas com o governo sofreram intervenções.

Em 1939, visando reforçar o atrelamento dos sindicatos, o governo promulga o decreto-lei 1.402, que criava o enquadramento sindical. Na exposição de motivos que encaminhou o projeto, o Ministério do Trabalho afirmava: "Com a instituição desse registro (sindical), toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão". (Moraes Filho, 1978)

No mesmo ano é criado o Imposto Sindical e com eles surgem novos mecanismos de controle sobre a administração sindical. O imposto tem a finalidade de dar vida à estrutura burocratizada, dirigida pelos interventores do Ministério do Trabalho. A nova estrutura toma sua forma definitiva em 1943 com a edição do decreto-lei 5.542, que denominou-se Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Constituiu-se, assim, uma estrutura sindical vertical e integrada ao Estado brasileiro.

A Constituinte de 46 não alterou essa legislação, preservando os instrumentos de subordinação dos sindicatos ao Estado. Nos momentos de ascenso das lutas sindicais, a estrutura atrelada é superada na prática; já nas fases de defensiva, ela é aplicada com rigor. O golpe de 64 nem precisou de uma nova legislação - aplicou a que existia há décadas. Somente na Constituinte de 88 é que a estrutura sindical sofreu importantes mudanças no rumo da sua maior autonomia. O Estado reduziu o poder de intervenção nos sindicatos e perdeu outros instrumentos de submissão das entidades de classe.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria Herminia T. Estado e classes trabalhadoras no Brasil - 1930-1945. Tese de doutorado, USP, SP, 1979.
- Antunes, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Ed. Ensaio, SP, 1988.
- Alem, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização (1942-1948). Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas-SP, 1981.
- Araújo, Angela M. Carneiro de. Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas-SP, 1994.
- Basbaum, Leôncio. História sincera da República. Vol. 3, Ed. Alfa Omega, RJ, 1981.
- Benevides, Maria Vitória M. O PTB e o trabalhismo. Ed. Brasiliense, SP, 1989.
- Boito, Armando. Sindicalismo de Estado no Brasil. Ed. Unicamp, Campinas-SP, 1991.
- Carone, Edgard. O PCB (1943-1964). Ed. Difel, SP, 1982.
- Corrêa, Hércules. A classe operária e o seu partido político. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- Costa, Hélio da. Em busca da memória. Ed. Scritta, SP, 1995.
- Loner, Beatriz Ana. O PCB e a Linha do Manifesto de Agosto: um estudo. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas-SP, 1985.
- Maranhão, Ricardo. Sindicatos e Democratização. Ed. Brasiliense, SP, 1982.
- Moraes Filho, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil. Ed. Alfa-Omega, SP, 1978.
- Rodrigues, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. Ed. Difusão Européia, SP, 1968.
- Rodrigues, Leôncio Martins. Trabalhadores, sindicatos e industrialização. Ed. Brasiliense, SP, 1974.
- (—). Sindicalismo e classe operária (1930-1964), in Fausto, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III, vol. X, Ed. Difel, SP, 1981.
- (—). Partido e sindicato - escritos de sociologia política. Ed. Ática, SP, 1990.
- Saes, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. Ed. 1A Queiroz, SP, 1985.
- Silva, Fernando Teixeira da. A carga e culpa. Ed. Flacitec e Prefeitura de Santos, SP, 1995.
- Simão, Azis. Sindicato e Estado. Ed. Ática, SP, 1981.
- Skidmore, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra, SP, 1982.
- Vianna, Lúis Werneck. Liberalismo e sindicalismo no Brasil. Ed. Paz e terra, RJ, 1976.
- Weffort, Francisco. O populismo na política brasileira. Ed. Paz e terra, SP, 1978.
- (—). Sindicatos e política. Tese de livre docência, USP, SP, 1972.

* Historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

Economia do trabalho e a batalha ideológica

Sérgio Barroso *

Num artigo deveras questionador – tiros em várias direções –, Eric Hobsbawn busca “aconselhar” acadêmicos voltados ao estudo da história operária. Interligando trabalho e movimento, assevera que a maioria dos historiadores da classe vieram do interior da dinâmica operária ou de áreas próximas a ela. Exemplificando os casos de E.P. Thompson, F. Mehring ou mesmo de E. Bernstein, Hobsbawn ressalta a exceção na historiografia dos partidos comunistas e dos movimentos operários do Terceiro Mundo. “Que gerou” – diz – “uma enorme quantidade de pesquisas anticomunistas, em sua maioria realizadas ou financiadas pelos Estados Unidos, no período da guerra fria em diante”.

Para efeito deste artigo, destacaríamos onde escreve serem fundamentais as considerações sobre a clareza conceitual e metodológica do historiador do movimento operário, que: 1) sendo parte da história de certas sociedades, as relações de classes ou camadas não podem ser descritas por suas divisões ou estratificações internas – dependem do modelo de funcionamento dessas sociedades; 2) multifacetada e formando um todo (trabalhadores e movimento, base e líderes, níveis sócio-econômico, político, cultural, ideológico e “histórico”), guarda relação com o contexto passado e as mudanças ao longo do tempo; e 3) como história social, há aspectos quantificáveis e outros não, no estudo comparativo.

Diz ter sido, certa vez, inquirido por pesquisadores suecos, que queriam respostas sobre como saber o que pensavam, sentiam ou o que significava ser um pedreiro em Estocolmo no século XIX? Originalmente, para Hobsbawn, “todos os estudos sobre o trabalho eram obviamente políticos”, em geral feito fora das universidades, cuja academia des-

perta, especialmente a partir de 1830-40, investigando “a condição do novo proletariado” (*História operária e ideologia*, in: *Mundo do trabalho*, Ed. Paz e Terra, 1988).

O neoliberalismo no Brasil: adesão versus resistência ideológica

No Brasil dos anos 90, com a introdução doutrinária da patologia neoliberal, verdadeira revoada de pesquisadores (velhos e novos) do mercado de trabalho posou para bicar migalhas no ninho da tucanagem palaciana. Passaram a fazer parte do aparato ideológico de FHC bandos de ex-docentes de importantes universidades brasileiras, que justificam, enfim, a política atual assentada na super-exploração do trabalho.

Mas, a metamorfose ideológica de intelectuais como Paulo Renato, Edward Amadeo ou Carlos Pacheco (coordenador do programa reeleitoral de FHC), mesmo nunca tendo

sido flores que se cheirassem, tem fundo mais sofisticado. Com vários estudos progressistas sobre salário, emprego e custos do trabalho no Brasil, defendem hoje a “absorção” incondicional do trabalho no capital: a institucionalização do trabalho informal e precário ^[1], deformações singulares que acompanham a nossa industrialização tardia e dependente.

Desemprego? Fatalista e cínico, o chefe da tropa inventou (97) o termo “inempregáveis”, enfatizando que na “globalização” é assim mesmo. Meses atrás, o ministro do Trabalho dissertou não haver no Brasil problema de desemprego, mas de “empregabilidade”. Na propaganda eleitoral na TV, inacreditavelmente, o presidente-candidato prometeu 7,5 milhões de novos empregos! Metaforicamente: rendição incondicional em troca do sonho do fim da luta de classes ^[2]. Mas com eles no poder, claro!

Mas, quase submerso na propaganda fanática do deus-mercado – às vezes imperceptível face aos combates sindicais e políticos do dia-a-dia –, há sim desenvolvimento do pensamento avançado nacional da resistência antineoliberal. A propósito, os 30 anos de fundação do Instituto de Economia da Unicamp foi registrado com ampla matéria pelo *Correio Popular*, de Campinas. Sob manchete “IE da Unicamp é trincheira anti-liberal”, a reportagem conta a sua origem a partir de um grupo de “cepalinos” (Wilson Cano, João Manuel Cardoso, Luiz Gonzaga Belluzzo, Ferdinando de Oliveira Figueiredo, Carlos Lessa e, depois, Maria da Conceição Tavares, entre outros). Uma escola – declarou Cano – “onde alunos e professores não precisassem ter medo de dizer o que pensavam, nem colocar uma capa falsa em um livro proibido pelo regime militar”.

Neste sentido, fato auspicioso o lançamento na comemoração dos 30 anos do IE do livro *“Economia & Trabalho – textos básicos”*. Organizado pelo sociólogo e professor do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho), Marco Antônio de Oliveira, o livro é uma coletânea de ensaios para a qualificação de servidores públicos que trabalham em gestão de políticas de geração de emprego e renda, formação profissional, se-

guro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e informação estatística sobre o mercado de trabalho.

Desenvolvimento e crise do capitalismo e as mutações no mercado de trabalho

Nos 15 textos bem articulados, pode-se encontrar alguns dos estudiosos do primeiro time do Cesit, único centro do país especializado na pesquisa e elaboração teórica sistemáticas da economia do trabalho. É um vasto campo de abordagem, que inclui desde o movimento de difusão/crise do padrão de industrialização norte-americano, aos elementos e a evolução/crise da industrialização na América Latina e no Brasil. Evidentemente, sempre circundando a formação e transformações do mercado de trabalho do nosso país.

Assim, segundo Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, após a catástrofe da crise de 1929-33, a “bipolaridade existente desde a II Guerra e o temor da expansão do comunismo levaram os Estados Unidos a fazer concessões e a criar condições para o rápido crescimento econômico da Europa e o Japão” (*Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra*). Observe ainda, na tabela consolidada por Carlos Alonso, o decréscimo do PIB/PIB per capita, após a desmontagem do sistema de Bretton-Woods, entre 71/73, decorrente do esgotamento do padrão de industrialização norte-americano em crise.

Crescimento em países capitalistas avançados em diferentes fases

Fases	PIB	PIB per capita
1870/1913	2,5	1,4
1913/1950	1,9	1,2
1950/1973	4,9	3,8
1973/1979	2,0	2,0

(taxas médias anuais compostas) - Taxas de crescimento

Fonte: Mattoso/Oliveira (1995;1998)

Em *Políticas econômicas e de ajuste na América latina*, Wilson Cano faz uma síntese dos resultados da “globalização” financeiro-produtiva e da Terceira Revolução Industrial nos países subdesenvolvidos. De acordo com o autor: destrói mais empregos do que cria, sendo alvo os trabalhadores pouco qualificados; há substituição de insumos tradicionais (aço bruto, cobre, algodão) pelos modernos (fibra óptica, ligas metálicas sintéticas), normalmente produzidos nos países centrais; acelera a obsolescência de processos e equipamentos, “queima” capital, para mais investimentos substitutivos; há enorme poderio das grandes corporações estrangeiras com violenta reconcentração de capital e monopolização-autonomização das decisões em cada país. Para Cano, devido a seus altos níveis de renda e inserção internacional, “as camadas superiores da América Latina apoiam essas políticas; mas as camadas inferiores têm sofrido aguda deterioração, aumentando com isso nossas incertezas quanto ao futuro”.

Uma radiografia do resultado mais recente da industrialização e das imensas desigualdades daí decorrentes, é realizada por Paulo Eduardo Baltar, em *Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil*. Para ele, a reprodução da pobreza teve como um dos principais determinantes o padrão de geração de emprego e renda, associado ao estilo de desenvolvimento. Com efeito, o volume e a velocidade do êxodo rural vincularam-se a ampliação de um processo de assalariamento e da formalização contratual de trabalho, no qual se reproduziram uma integração precária no mercado de trabalho. Originou-se assim uma importante parcela de trabalhadores por conta própria e de assalariados ocupados sem um mínimo de regularidade e continuidade. O que foi condicionador da manutenção do perfil desigual da distribuição de renda, determinante de: a) limitações da difusão do consumo de bens, apesar da montagem de um aparelho produtivo capaz de expandir-se a uma maior parcela da população; b) insuficiente ampliação dos serviços coletivos sociais; c) ampliação e diversificação dos serviços privados para os de alta renda, baseados na mão-de-obra abundante e barata; e d) proliferação de serviços baratos para os de baixa renda,

apesar de seu escasso poder de compra. Ainda conforme o autor, “na medida em que o Estado vem perdendo a capacidade de regular a economia e promover o desenvolvimento, desde os anos 80, nos anos 90 têm diminuído a geração de emprego pela desestruturação da produção, havendo, conseqüentemente, menor integração sócio-econômica da população por meio do emprego”.

Distribuição dos empregados por faixa de remuneração

SALÁRIO MÍNIMO	1980	1989
Menos de um	44	57
De um a dois	31	23
Dois ou mais	25	20
Total de empregados	100	100

Fonte: RAIS/Baltar - (80;89)

“Economia & Trabalho” – uma fonte de estudo e consulta indispensável

“Economia & Trabalho” contém ainda textos educativos, como o de Cláudio Dedecce sobre conceitos básicos e estatísticas do mercado de trabalho; de Carlos Alonso sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil; um de sistematização recente de Márcio Pochmann (Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil), para ficar nos que considero de maior contribuição. De outra parte, dois deles tratam mais diretamente da questão sindical: “Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho” e “Flexibilidade e reforma do sistema nacional de relações de trabalho”, respectivamente de M.A. de Oliveira e de J.F. Siqueira Neto.

Além das contribuições, os dois ensaios esbarram em claras limitações: simplesmente não conseguem atualizar a crítica do que sempre conceberam como “lógica do sistema corporativista”. Em outras palavras, na medida em que a solução teria como centro o pressuposto fim da unicidade sindical, do po-

der normativo da Justiça do Trabalho e do imposto sindical – resquícios, sim, da estrutura sindical estadonovista –, a ambigüidade aparece agora quando o ataque neoliberal enseja destruir todas as conquistas trabalhistas. Na análise da questão sindicalismo/sistema de relações de trabalho aparece forte viés economista. Há certa despolitização da dialética entre industrialização/mercado de trabalho/sindicato/Estado/lutas e consciência de classe. Por quê? Porque para o trabalho sindical classista, as mediações necessárias – o célebre dilema “reforma ou revolução” de Rosa Luxemburgo – são princípios constitutivos. Sem dúvida, um problema complexo e crucial.

Todos os ensaios de “Economia & Trabalho” trazem consistentes resumos e uma lista de perguntas acerca dos principais argumentos e conclusões percorridos. Mais ainda, outras indicações de leitura e um glossário atualizado de termos e conceitos. Neste, para um verdadeiro ataque de apoplexia dos liberais, encontra-se a definição de capital financeiro: segundo Lênin, “capital formado pela fusão entre capital bancário e industrial”, também é entendido como o capital representado por títulos e outros papéis negociáveis que podem ser rapidamente convertido em dinheiro.

Finalmente, no corpo teórico de “Economia & Trabalho” é notável a influência das idéias do famoso economista britânico John Maynard Keynes. Como se sabe, Lord Keynes, analisando em profundidade os destroços do capitalismo após a grande depressão, fundamentou brilhantemente a necessidade do Estado e do gasto público para contrabalançar a incerteza congênita do investimento privado capitalista. Teoria responsável pela construção do Welfare State, a verdade é que o keneynsianismo é odiado pela oligarquia financeira internacional, a mesma que décadas atrás teve decretada pelo inglês a necessidade da “eutanasia do rentista”. Tais razões justifica-

riam, contra o fanatismo neoliberal, uma espécie do resgate do lúcido burguês Keynes.

Ocorre que a base do pensamento econômico do IE da Unicamp conjuga, além do velho Karl Marx, J. Shumpeter e ainda o polonês marxista M. Kalecki – sempre voltado para a construção de um autêntico estudo da problemática nacional. Nestes tempos de traição e vassalagem à hegemonia imperialista dos EUA, “Economia & Trabalho” é, não só fundamental – especialmente aos sindicalistas –, mas um alento.

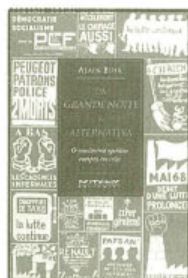
NOTAS

1) Examinando a atualidade de Lei Geral da Acumulação Capitalista, Harry Braverman ressalta que “Marx fala de população excedente relativa estagnária, cujo emprego é irregular, eventual, marginal ... Essa população fornece ao capital, nas palavras de Marx, ‘um reservatório inexaurível de força de trabalho disponível. Suas condições de vida afundam-se abaixo do nível normal da classe trabalhadora; isto faz dela ao mesmo tempo a ampla base de ramos especiais de exploração’” (**Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX**. Ed. Zahar, 1981).

2) Sendo a classe trabalhadora parte animada do capital e, nesta condição, antes de tudo matéria-prima para exploração, descreve ainda Braverman que ela “vive uma existência social e política por si mesma, fora do alcance direto do capital. Protesta e submete-se, rebela-se ou é integrada na sociedade burguesa, percebe-se como uma classe ou perde de vista sua própria existência, de acordo com as forças que agem sobre ela e os sentimentos conjunturais e conflitos da vida social e política” (idem).

* Integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

A crise do movimento operário



Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise.

Alain Bihr, Boitempo Editorial, São Paulo, 1998

Quais os fatores objetivos e subjetivos da atual crise do movimento operário internacional? E quais seriam as perspectivas e os caminhos para superá-la? Em síntese, estas são as questões enfocadas no livro do filósofo e sociólogo francês Alain Bihr – que agora chega ao Brasil por iniciativa de Ricardo Antunes, professor da Unicamp e organizador da coleção “Mundo do Trabalho”, da editora Boitempo. A obra apresenta um diagnóstico bastante rico e abrangente da crise, apesar das premissas questionáveis, e formula propostas polêmicas para o seu enfrentamento, sempre numa perspectiva marcadamente anti-capitalista.

Como explicita logo na introdução, “não se trata de negar a situação de crise que o conjunto do movimento operário ocidental atravessa hoje. Mas tampouco trata-se de ceder a esse pseudo-realismo que somente capitula diante da realidade ... Todas as vezes, a partir de seus próprios escombros, o movimento operário se reconstituiu sob novas formas, impondo um ríspido desmentido a todos aqueles que o haviam enterrado prematuramente”. Numa ótica otimista, a partir do estudo da realidade em mutação, ele aponta o “nascimento ainda tímido, incerto e hesitante de uma nova forma do movimento operário de emancipação do proletariado”.

Esta abordagem das perspectivas futuras, indo além da mera constatação das debilidades da luta operária, talvez seja o maior mérito

do livro. Para ele, o capitalismo vive uma *crise estrutural*, expressa no esgotamento do modelo fordista de produção – com queda dos ganhos de produtividade, elevação da composição orgânica do capital, saturação do consumo e o desenvolvimento da especulação financeira. Apesar de espernear, o sistema não encontraria saídas duradouras para a crise. “Se as tradicionais receitas keynesianas se revelaram incapazes de recolocar em marcha o motor que cada vez funcionava menos, por outro lado, a vontade liberal de romper com as regras do jogo da regulação fordista levou as economias ocidentais à beira do abismo”.

Tal situação, com a aparência de “beco-sem-saída”, também imporia enormes problemas e novos desafios para o movimento operário. Conforme detalha, estaria em curso um processo acelerado de fragmentação do proletariado – decorrente, entre outros fatores, da reestruturação produtiva. O compromisso social do período pós-guerra, implementado pelo modelo fordista, teria sido rompido. A eficácia das organizações operárias (sindicatos e partidos), que tiveram como alavanca esse compromisso, também estaria em declínio. O papel de mediadoras entre o capital e trabalho, assumido pelas correntes social-democratas, deixaria o “movimento operário nu e desarmado” no que se refere à estratégia, às formas de organização e luta, e à sua ideologia.

Por outro lado, no entanto, Bihr aborda as novas potencialidades abertas à luta operária em decorrência destas mutações. Para ele, a atual crise capitalista, que provoca o desemprego e precarização do trabalho, coloca na ordem do dia a luta pela redução da jornada. “Trabalhar menos para todos trabalharem. Eis o primeiro objetivo a ser perseguido pelo movimento operário”. Apesar de reconhecer as dificuldades das organizações

operárias, que perderam eficácia, representatividade e legitimidade, o autor também aposta na sua renovação e fortalecimento. Por último, ele defende a atualidade do projeto comunista – “que responde às necessidades e às urgências de nossa época” e que resulta de certas tendências objetivas e subjetivas do próprio capitalismo.

Como regra, toda a leitura deve ser feita com olhos críticos. No caso do livro ***Da grande noite à alternativa***, muitas lacunas também aparecem. O autor não esconde sua afinidade com a concepção anarquista e esse é o pano de fundo da sua crítica ao chamado

modelo social-democrata de movimento operário. Não é para menos que ele insiste na estranha tese de que os comunistas e os sociais-democratas são variantes do mesmo modelo reformista. A mesma negação anárquica do papel do Estado levará o autor a rejeitar a luta pela poder político, “o mito da revolução”, e a defender medidas gradualistas para a conquista do comunismo autogestionário, via organismos de contrapoder no próprio capitalismo e a instituição da “renda social garantida”. Parece um retorno ao velho Proudhon, do anarquismo ao reformismo!

(Altamiro Borges)

Um instrumento de reflexão



Crítica Marxista.
Vários autores,
número 6, Editora
Xamã, 1998.

Nestas breves notas, apresento o sexto número da revista *Crítica Marxista* – publicação de intervenção crítico-teórica e política. Este número é composto por um conjunto de quatro artigos de autores nacionais e estrangeiros e um dossiê sobre os 150 anos do livro *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Na parte final da revista há algumas resenhas de livros recentes, de autores marxistas, e de uma reedição, além de uma nota acerca da obra teórica e da cinematografia do russo Serguei Eisenstein, cujo centenário de nascimento é comemorado neste ano.

A primeira parte do artigo “Marx, o político e o social” abre a revista. A filósofa francesa Solange Mercier-Josa procura traçar o lugar do termo político (na sua relação com o termo social) no conjunto das obras de Marx (e Engels). Mercier-Josa conduz o leitor à discussão sobre a relação entre político e social,

mostrando que é através da revisão crítica da relação entre Estado e sociedade civil-burguesa – tal qual concebida por Hegel – que Marx primeiramente elabora o conceito de político, suprimindo a oposição com o social e estabelecendo a “determinação da relação que os une”. A segunda parte do artigo – promete a revista – será publicada proximamente.

“O lugar do pluralismo político na democracia socialista” é o tema do artigo de Décio Saes. Ele conclama as correntes de esquerda a retomarem a reflexão sobre a natureza do programa político socialista. Partindo das análises de Marx e Lênin sobre o caráter da “democracia de massa”, o autor chama à reflexão teórica acerca do tipo de sistema partidário que viabilizaria o controle “democrático de massa” sobre as atividades burocráticas no socialismo. Qual seria este sistema? Seria aquele – polemiza o autor – que efetivamente permitisse a concorrência interpartidária e a definição de um partido dominante (e não de um partido único) fruto da capacidade hegemônica de condução do programa socialista. Seria, portanto, um sistema partidário pluralista.

O artigo de Jorge Miglioli, "Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes", discute as formas de intervenção do Estado na conjuntura atual. Miglioli procura equacionar – teórica e historicamente – as afinidades entre burguesia e liberalismo econômico. Apresenta uma interpretação do cenário atual no qual o liberalismo colocar-se-ia como a doutrina mais eficaz e interessante para o domínio do capital e para o amortecimento do conflito de classes.

O artigo de Domenico Losurdo, "O significado histórico da Revolução de Outubro (III)", completa a última parte do longo ensaio "Da Revolução de Outubro à nova ordem internacional", publicado por *Crítica Marxista*. O autor italiano problematiza sobre a revolução de Outubro e "o socialismo real" e mostra a situação de guerra permanente – declarada, ou não – a que foi submetida "a tentativa de ir mais além do capitalismo e de avançar para o socialismo", ressaltando o desmonte dos direitos econômicos e sociais e a panacéia neoliberal de então.

O dossiê "150 anos do *Manifesto Comunista*" é composto por um conjunto de ensaios que aborda temas relacionados à histórica obra de Marx e Engels. O *Manifesto* na conjuntura de 1848, quando a obra foi escrita, é o tema do ensaio de Modesto Florenzano. Na Europa de 1848 haveria uma aguda e generalizada percepção "sobre o poder transformador e subversivo das idéias" revolucionárias. Pois não é com percepção revolucionária – "um fantasma ronda a Europa" – que Marx e Engels iniciam seu texto?

Passados cento e cinquenta anos, o *Manifesto* seria um documento atual – indaga Atilio Borón em outro ensaio. A universalização do capital, a permanência da luta de classes, a pauperização dos trabalhadores seriam teses atuais. Ao lado delas, entretanto, haveria lacunas: a subestimação da capacidade reformista do capitalismo bem como a superes-

timação da maturidade revolucionária do proletariado. Concordando com a vitalidade teórica do texto de Marx e Engels, João Quartim de Moraes discute que, embora a ruptura revolucionária anunciada no *Manifesto* não se tenha verificado, o texto permanece válido – o que coloca na ordem-do-dia a tarefa de refundação do programa comunista internacional.

A eficácia dos conceitos e análises contidas no *Manifesto* é a temática dos ensaios de Pedro Paulo Funari e Armando Boito Jr. No primeiro, os conceitos de classe social, luta de classes e dominação compõem o corpo analítico da historiografia marxista da Antiguidade e constituem referências contra as quais a historiografia moderna se contrapõe. Já a justeza das análises presentes no *Manifesto* acerca da constituição do proletariado em força social autônoma é a problemática discutida por Armando Boito Jr. Por fim, o ensaio de Cláudio Batalha analisa o impacto e a recepção do *Manifesto Comunista* no Brasil.

Este número concretiza o objetivo da publicação semestral da revista - desde o número 4 pela editora Xamã. Confirma, outrossim, a aposta no debate intelectual (através do dossiê 150 anos do *Manifesto Comunista*) e no papel político que uma crítica marxista consistente deve desempenhar ao discutir questões como a revolução de Outubro, o programa socialista e o neoliberalismo, entre outras. Revista de divulgação da teoria marxista e reconhecida pela qualidade intelectual de seus artigos, *Crítica Marxista* vem consolidando-se como referência para todos os que se interessam pelo debate e pela reflexão intelectual e política acerca do marxismo. Talvez, pois, interesse a historiadores, professores do ensino fundamental e superior, pesquisadores nas ciências humanas e militantes em geral.

(Patrícia Vieira Trópia – doutoranda na Unicamp/SP)

Alternativa ao neoliberalismo



A opção brasileira.
César Benjamin
 (org.), Editora
 Contraponto, Rio de
 Janeiro, 1998

A forma do capitalismo contemporâneo, expressa na globalização da economia, no ideário neoliberal que recoloca as leis de mercado acima do bem-estar social, no culto à privatização, no desmonte dos Estados nacionais (nos países periféricos), na perda dos direitos trabalhistas e na tese do "fim do socialismo", reflete bem os limites impostos há séculos ao bem-estar humano. O novo quadro que se desenha no mundo aponta caminhos difíceis e que contrariam o que deveria ser a tônica de qualquer processo de desenvolvimento: a sobrevivência em condições dignas da espécie humana. Limites que tornam urgente a necessidade de questionar o caminho trilhado por nosso país, neste contexto.

A contribuição do texto *Opção brasileira* caminha neste sentido: o de questionar e desmistificar as políticas adotadas pela elite governante, o de reafirmar que nosso país tem sentido e levantar pontos para reflexão e discussão. É um ensaio sobre o Brasil contemporâneo, no qual são explicitadas bases conceituais para um novo enfoque sobre as possibilidades de seu desenvolvimento e a demonstração de que esse enfoque tem consistência lógica e viabilidade histórica. Pois, de acordo com os autores, no Brasil, os integrantes da coalizão dominante procuram generalizar a idéia de que não há mais a possibilidade de um desenvolvimento em bases na-

cionais, remetendo para um futuro distante e cheio de precondições o enfrentamento direto da questão social.

A imagem de um país do futuro cede lugar a de um país bloqueado, cuja construção se esgotou sem se ter completado. Imagem que traz embutida a idéia de que a construção histórica da qual somos herdeiros não tem mais viabilidade ou razão de ser. O modelo econômico atual, adotado pelas elites, provoca uma sub-utilização do potencial produtivo do país: a terra permanece ociosa, as indústrias se enfraquecem, o desemprego aumenta, o potencial de criação e difusão tecnológica é desperdiçado, o que condena a sociedade a funcionar em patamares inferiores às suas possibilidades.

Ao manter intactos o sistema financeiro, a estrutura agrária, as nossas relações internacionais, o perfil de distribuição de renda e riqueza e ao se abandonar a idéia de políticas de desenvolvimento, as elites enfatizam a necessidade da reforma do Estado, fazendo uso desta a bandeira, até a exaustão, para silenciar sobre a ausência de outras reformas mais urgentes. Uma das conseqüências dessa política é o sofrimento humano crescente, oculto na forma como as elites vêem a sociedade: através de variáveis altamente selecionadas - como o desempenho das bolsas de valores, a entrada de capital estrangeiro, as oportunidades de negócios.

Ao trabalhar, questionando e desmistificando tais idéias, os autores demonstram que o Brasil tem sentido, ao contrário do que afirma a elite dominante. No entanto, ainda de acordo com o texto, para se trilhar um caminho diferente do atual é necessário uma refor-

ma profunda do Estado, deixado no bagaço pelos que dominam o país. Boa parte das estruturas de poder está voltada para preservar os direitos historicamente adquiridos por elas, que contam com um arsenal de instrumentos para dificultar e impedir qualquer mudança profunda. É questão de tempo que um novo projeto amadureça. Isso acontecerá quando forças políticas e sociais suficientemente representativas estiverem maduras para reconstruir em profundidade, simultaneamente, o sistema político e a economia nacional. A reforma isolada desta ou daquele é impossível.

Dividido em quatro capítulos, o texto começa com um sucinto passeio pela história, o que os autores chamam "o sentido da construção nacional", no qual se afirmam conceitos úteis para a compreensão da situação atual. Em seguida, discutem o cenário da chamada "globalização", que justifica as opções atuais. Ainda no primeiro capítulo, faz uma discussão sobre as bases macroeconômicas do Plano Real e, por fim, o que os autores chamam de o grande desafio: "o bloqueio da construção nacional". No segundo capítulo segue-se uma descrição do novo cenário estrutural em que vivemos, no qual outros aspectos da análise histórica aparecem. O objetivo dessa

parte é reconstruir o objeto perdido da reflexão – o Brasil – e recolocar na ordem do dia inúmeras questões esquecidas.

O terceiro capítulo aborda o sistema mundial em três níveis sucessivos: "O colapso das estratégias de emparelhamento"; "A nova (des) ordem internacional"; e "A viabilidade da América do Sul". O quarto capítulo rediscute os fins que devem comandar a construção de outro projeto, sugere uma nova dinâmica para o desenvolvimento do país e indica algumas condições para que isso se dê.

O livro **Opção brasileira** é resultado de uma consulta popular composta por cerca de 300 delegados do campo, da cidade, religiosos e leigos, filiados ou não a partidos políticos, reunidos em Itaipava-SP, em dezembro de 97. O texto, escrito por César Benjamin, é assinado também por Ari José Alberti, Emir Sader, João Pedro Stédile, José Albino, Lúcia Camini, Luís Bassegio, Luis Eduardo Greenhalgh, Plínio de Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves e Tânia Bacelar de Araújo, membros da coordenação do evento, que o debateram e propuseram modificações.

(Antônia Rangel – mestre em história e integrante da coordenação nacional do CES)

Mutações no mundo do trabalho



Neoliberalismo, trabalho e sindicatos.
Ricardo Antunes
(org.), Boitempo
Editorial, São Paulo,
1997

Organizada por Ricardo Antunes, professor da Unicamp, a coleção "Mundo do Trabalho" pretende ser um espaço de reflexão e polêmica sobre as profundas mutações que afetam os trabalhadores. Seu objetivo é publicar "textos que se contrapõem claramente

à lógica destrutiva que preside o mundo contemporâneo". Neste rumo, a coleção "assume um caráter acentuadamente contrário ao capital e faz uma constante denúncia das formas de (des)socialização presentes no capitalismo e que atingem intensamente a classe-que-vive-do-trabalho. Realiza um persistente combate às formas 'modernas' de precarização, aviltamento e fetichização do ser social que trabalha, processo em enorme expansão em todos os cantos do capitalismo mundializado" – explica o autor.

"Neoliberalismo, trabalho e sindicatos -

reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra” foi o segundo livro da coleção. Reúne cinco instigantes artigos, que atualizam o tema. O primeiro, do inglês Huw Beynon, mostra os efeitos perversos da reestruturação produtiva neste país do “primeiro mundo”. Conforme demonstra, em 79 existiam 7 milhões de operários na indústria manufatureira do Reino Unido; em 95, eram apenas 3,75 milhões. “Tal declínio tem sido associado a padrões gerais de mudança relacionados à implementação de novas tecnologias e ao surgimento de unidades com baixo custo de produção nos NICs (países de industrialização recente) do pacífico”.

Além do desemprego, o autor aborda outros graves problemas: precarização do trabalho, arrocho salarial, privatização e desagregação no setor público, etc. Para ele, a reestruturação, sob comando do capital, estaria criando um novo tipo de explorado - “o trabalhador-hifenizado”. A classe torna-se mais fragmentada e complexa, com os “trabalhadores em tempo parcial (*part-time*), temporários (*temporay-workers*), emprego casual (*casual-worker*) ou mesmo por conta própria (*self-employed*)”.

O segundo texto, de John Mellroy, trata mais detidamente do sindicalismo inglês. É rico em dados e ... assustador! Mostra que após décadas de relativa força e estabilidade dos sindicatos, na sua versão social-democrata, ocorreu uma brusca reversão. A partir de 79, com a vitória de Thatcher e da onda neoliberal, o sindicalismo foi vítima de dura perseguição e isolamento. “Nos anos 90, as declarações oficiais do governo claramente descartavam o sindicalismo, tachavam a negociação coletiva de ‘ultrapassada e inadequada à indústria contemporânea’ e davam sua bênção à Gerência de Recursos Humanos, aos contratos de emprego individuais e ao pagamento de acordo com a produtividade”.

A violência antisindical, marca do novo paradigma neoliberal, é explicitada na greve dos mineiros. “A mobilização de recursos ideológicos e coercitivos do Estado para derrotar a greve dos mineiros, de 1984-1985, de modo não visto desde a década de 20, foi caracterizada pelo então ministro das Finanças como ‘um investimento rentável’”, lembra. Com o tempo, toda a legislação foi alterada, visando desregulamentar as relações de trabalho e debilitar os sindicatos. Somada aos efeitos da recessão e da reestruturação produtiva, a ofensiva antisindical produziu um quadro dantesco.

“O impacto foi substancial. A taxa de sindicalização caiu de 13,5 milhões em 79 para 8,2 milhões em 94 ... O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Minas tinha 257 mil membros em 79, enquanto que nos anos 90, com cerca de 8 mil membros, foi superado pelo Sindicato dos Atores. Hoje o sindicalismo britânico é um fenômeno minoritário, do setor público e dos trabalhadores de colarinho branco ... Tem-se a impressão de que o sindicalismo se dissolve, que o declínio já assumiu uma dinâmica própria e que a taxa de sindicalização está em queda livre”. Mellroy também demonstra que a resposta adotada pela central sindical inglesa, o TUC (Trade Union Congress), de “parceria com o patronato”, contribui para aprofundar a crise do movimento sindical inglês.

Por fim, o livro apresenta três artigos de renomados intelectuais brasileiros - Ricardo Antunes (“*Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo*”), José Ricardo Ramalho (“*Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil*”) e Iram Jácome Rodrigues (“*Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística*”). É, sem dúvida, uma rica, polêmica e indispensável coletânea de textos.

(Altamiro Borges)

Lições da revolução russa



O significado da revolução socialista de 1917. Vários autores, editado pelo CES, São Paulo, 1998

A revolução russa marcou o início do século XX ao inaugurar o primeiro regime dos trabalhadores na história da humanidade. Fruto do esforço de homens e mulheres que dedicaram suas vidas à luta pelo domínio das forças da história, ousando empunhar a bandeira da emancipação e de uma sociedade sem explorados e exploradores, a revolução russa apaixonou os povos de todo o mundo e alimentou conquistas em todas as partes, por todo o século.

A derrota da revolução, setenta e quatro anos depois, levada a cabo por suas contradições internas, confronto econômico com o capitalismo e vicissitudes do processo de construção do socialismo, foi igualmente marcante, sendo considerada por muitos como o fim de uma era e fecho do século XX. Sua derrota deu início a uma ofensiva política e ideológica jamais vista. Os ideólogos do capitalismo puseram-se imediatamente a proclamar o fim da história, o fim das ideologias e a supremacia do capitalismo. Alardeou-se o estabelecimento de uma "Nova Ordem", marcada pela paz e pelo conagração entre os países.

A história, caprichosa, não se fez de rogada e deu o ar da graça com a eclosão da Guerra do Golfo, demonstrando o quanto havia de apologia e falsidade na chamada "Nova Ordem". De lá para cá, o ambiente vai tornando-se mais propício para um olhar menos contaminado pelos acontecimentos e que seja capaz de resgatar as principais lições da revolução russa, que não apenas abriu e encerrou o século XX, como determinou muito do seu curso e dos séculos vindouros.

O Centro de Estudos Sindicais (CES), dando continuidade ao esforço de alimentar com a reflexão teórica a prática cotidiana, realizou, em outubro de 1997, o seminário "80 anos da Revolução Russa". O seminário, como já vai tornando-se tradição, procurou ser um fórum de reflexão amplo e plural. Nele, diversos intelectuais e lideranças políticas das mais variadas tendências examinaram, em conjunto com sindicalistas de todo o país, aspectos políticos, econômicos e sociais da ascensão e queda do regime socialista na União Soviética.

Este livro, que reproduz as contribuições apresentadas no seminário – por João Amazonas, Izabel Maria Loureiro, Jacob Gorender, Osvaldo Coggiola, José Paulo Neto, Walter Sorrentino, Carlos Nelson Coutinho, José Reinaldo de Carvalho, João Machado e Bernardo Joffily – visa difundir e ampliar o acesso às idéias ali defendidas. (Manoel Rangel – estudante de cinema na USP e membro do Grupo de Cinema de São Paulo)

PROMOÇÃO ESPECIAL

Faça a sua assinatura da *Debate Sindical* e ganhe de brinde, totalmente grátis, o livro "*O significado da revolução socialista de 1917*". A assinatura custa R\$ 30,00 e dá direito a quatro edições da revista. Preencha a ficha publicada na contracapa e envie, juntamente com o cheque nominal e cruzado, ao Centro de Estudos Sindicais (CES).

A que herança renunciemos?

Estava fora do país, quando a *Debate Sindical* (nº 26) publicou a carta de Armando Boito, respondendo as críticas que lhe formulara em texto anterior, publicado também nesta revista (24). Respondo-lhe uma vez mais, para evitar que o leitor tenha uma visão falseada das teses presentes no meu livro *Adeus ao Trabalho?*. Boito diz que procurei escrever sobre "as causas da crise do movimento operário". E que eu pretendia explicar também "a crise do movimento sindical e socialista". Sabe-se que é um grave erro deformar o que um autor escreve, imputando-lhe o que o estudo não pretende. De fato, eis aqui uma expressão "da tradição teórica herdada da Terceira Internacional" da qual recusamos. Boito parece se filiar aquela tradição que se consolidou a partir de 1924, onde se imputa ao outro o que a ele não pertence.

Já na *Apresentação* do meu livro, os objetivos estão claramente explicitados. "As interrogações que perseguimos são essencialmente estas: *a classe-que-vive-do-trabalho* estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era do fordismo, acarreta *inevitavelmente* a perda da referência e de relevância do ser social que trabalha? Que repercussões estas metamorfoses tiveram (e têm) junto aos organismos de representação dos trabalhadores, dos quais os sindicatos são expressões? ... A categoria *trabalho* não é mais dotada de estatuto de centralidade?" (p. 10).

Boito desconsidera estas questões e imputa a mim objetivos que o estudo não tem. Atribui a mim a tese de que "a fragmentação, heterogenização e complexificação" da classe trabalhadora é a *causa* da crise do mundo do trabalho. Se respeitasse meu texto veria que este elemento não é a *causa* da crise, mas uma das *conseqüências* mais importantes no interior da classe trabalhadora. Diferente do que diz Boito. Portanto, uma vez mais atribui ao livro o que ele não diz, o que não parece ser um bom procedimento.

Boito diz que eu, em minha resposta, "abandonei parcialmente a tese" anterior. Em verdade, foi Boito quem fez o abandono, uma vez que em sua crítica inicial usava, como argumento "de força", uma citação de Hobsbawm. Depois de minha resposta, Boito parece que perdeu a companhia do conhecido historiador inglês, que citou inicialmente de maneira apressada. Quanto às minhas posições anteriores, o leitor poderá conferir em texto datado de 1993, publicado

em *Debate Sindical* (nº 15), onde apresentava os elementos que considero importantes para entender a crise do movimento operário. Portanto, é incorreto dizer que abandonei parcialmente a tese presente em meu livro. O que Boito desconsidera é que o objetivo central do livro era *estudar as mutações no interior do mundo do trabalho* e não, como ele me imputa, explicar os elementos da "crise do movimento sindical e socialista". O centro de nossa discussão é que, para Boito, é *desnecessário estudar o que se passa com a classe operária, com a sua materialidade, para se entender a sua crise*.

Dizer que meu livro permanece no mesmo terreno de Gorz, isto é, que ele "se circunscreve ao âmbito restrito da situação de trabalho e de mercado da classe operária", desconsiderando toda a crítica de fundo que faço ao autor francês, com base na *teoria do valor* de Marx, na sua *crítica da economia política*, na sua *teoria da alienação*, só pode vir de quem ou leu superficialmente o livro, ou tem como base um tipo de marxismo que *recusa a economia política como momento analítico fundamental da análise de Marx*. Como já disse antes, o *formalismo politicista* de Boito é por demais evidente nesta crítica.

A título de exemplo: em artigo recente, publicado em *Crítica Marxista* (3), Boito fala da influência do neoliberalismo no movimento operário, *sem tratar nem remotamente da reestruturação produtiva do capital*. É como se este enorme processo de reestruturação capitalista não existisse, nada tivesse a ver com o neoliberalismo, não afetasse a classe trabalhadora e não se *constituisse num elemento explicativo importante* para o que Boito, equivocada e apressadamente, chama de "adesão ou passividade de setores populares diante do neoliberalismo" (p. 81). O *politicismo* exacerbado da sua "análise de conjuntura" (isto é, a recusa em estudar a *materialidade* da vida social, em estudar a esfera da *economia política*, em analisar o processo de produção do capital) o leva a cometer este tipo de equívoco.^[1]

Boito diz também que a classe operária sempre foi fragmentada. É mais uma enorme lacuna e incompreensão do que se passa no *mundo do trabalho* (expressão que seu formalismo esquemático acha "metafórica e vaga"). Isto porque é por demais visível, empírica e teoricamente, que a heterogeneidade hoje é muito mais intensa do que no passado. Que a classe trabalhadora hoje é *ainda mais* diferenciada, é por demais evidente. Poderíamos citar algumas dezenas

de autores que estudam esta problemática, se quisessemos usar o "argumento de força" tentado no primeiro comentário crítico de Boito. Isso só não parece evidente para Boito.

Um último ponto: ele diz que "abandonei o conceito de classe operária". Aqui, uma vez mais filia-se aquela tradição, anteriormente referida, que imputa a alguém aquilo que ele não diz. Será que Marx e Engels, quando falavam em *classe trabalhadora*, estavam substituindo o conceito de classe operária? Será que Gramsci, quando falou em *classes subalternas*, estava abandonando o conceito de classe operária? Todo leitor atento de meu livro sabe do esforço que procurei fazer *para mostrar a contemporaneidade do conceito de classe operária*.

O problema é que, para Boito, nada de significativo ocorreu ou vem ocorrendo com a classe operária. Por isso, fica sem sentido, para ele, usar uma expressão deste tipo. Tudo está igual no universo do trabalho, a classe operária ainda é a mesma, igual a do século passado. Mostra, com isso, sua incapacidade para reconhecer a enorme ampliação do proletariado e, o que é ainda mais evidente, a ampliação dos assalariados. Deixei claro no meu livro que a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* incorporava o proletariado industrial. O que procurei fazer foi indicar a *ampliação do assalariamento hoje*, uma vez que penso que isto é central para pensar contemporaneamente a classe trabalhadora e o proletariado. Como uma pergunta central de meu livro era sobre a centralidade do trabalho, esta expressão procurava dar conta deste ponto.

Para poupar o leitor, cito a conclusão que aparece na página 54 de *Adeus ao Trabalho?*: "Tudo isto nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o que é fundamental*, não é possível perspectivar nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*". Boito poderia dizer que a expressão (que ele converte em *conceito*) é infeliz; mas não é o que faz. Atribui a ela um sentido falso. Todos que leram seriamente meu livro sabem que ele é uma *tentativa de defesa da classe operária e não da sua negação*. Boito chega, inclusive, ao paradoxo de ver um ponto em comum entre minha expressão e a de Gorz. Este autor falava, como sabemos, em *não-classe dos não-trabalhadores*. Eu, justamente para me opor frontalmente a Gorz, falo em *classe-que-vive-do-trabalho*, isto é, a *classe compreendida pelos que vivem da venda da força de trabalho*. Há inúmeras passagens no livro, em que reafirmo, contra Gorz, a vigência do proletariado. Só Boito encontrou *identidade* onde tem nítido *antagonismo*.

Sabemos que Marx e Engels usam a noção de classe operária, classe trabalhadora, assalariados etc., ora num sentido restrito, ora num sentido amplo. Há aqui um rico debate, impossível de ser feito nesta carta. Resumidamente, a leitura que sugiro é que o proletariado industrial cria valores, sendo por isso *produtivo*. A classe trabalhadora pode incluir, além do proletariado industrial, também os trabalhadores *improdutivos*. A expressão *classe-que-vive-do-trabalho* é por mim utilizada, portanto, como *sinônimo de classe trabalhadora*, neste sentido mais ampliado. Ao contrário de autores que defendem o fim da classe trabalhadora, esta expressão pretende *ênfatizar o sentido contemporâneo da classe trabalhadora* ou do *novo proletariado*.^[2]

Portanto, seria pertinente argüir sobre a amplitude desta expressão e até da sua utilidade. Mas dizer que meu trabalho "abandona o conceito de classe operária" lembra novamente a tradição que Armando Boito parece se filiar, *de imputar a um autor o que ele não diz*. Aceito que Boito não veja nenhuma vantagem nesta denominação. Até porque isto implicaria em estudar o que se vem passando no interior da classe trabalhadora. Este sim, o objetivo real de meu livro. Que Boito, infelizmente, recusa. Aliás, em alguns de seus textos recentes, Boito vem procurando desenvolver a tese de que o *neoliberalismo tem base popular*. Se eu vier a escrever uma crítica a esta tese, tenha certeza o leitor que procurarei respeitar o objetivo de pesquisa de Boito – ainda que com total discordância acerca de suas conclusões – e não deformarei seu objeto. Isso porque *esta herança nós renunciamos*.

Ricardo Antunes – professor de sociologia do IFCH/Unicamp-SP)

^[1] Em *Crítica Marxista* nº7 pode-se encontrar, sobre a questão brasileira recente, outro enfoque em meu texto *Lutas Sociais e Desenho Societal Socialista no Brasil dos Anos 90*.

^[2] A *classe-que-vive-do-trabalho* compreende, por isso: 1) todos aqueles que *vendem sua força de trabalho*, incluindo tanto o trabalho *produtivo* quanto o *improdutivo* (no sentido dado por Marx); 2) inclui os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; 3) inclui o proletariado precarizado, sem direitos, e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva; 4) *exclui*, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros. Essa expressão incorpora integralmente a idéia marxiana do *trabalho social combinado*, tal como aparece do *Capítulo VI (Inédito)*.

SEMINÁRIO DO CES

ADMINISTRAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE CRISE

PROGRAMAÇÃO

28/11 - 9 horas

“Recursos sindicais: uma questão estratégica”

- ♦ Adalberto Moreira - professor da IUPERJ
- ♦ Armando Boito - professor da Unicamp
- ♦ João Guilherme Vargas Netto - assessor sindical

28/11 - 14 horas

“Ofensiva neoliberal contra o sindicalismo”

- ♦ Aldo Rebelo - deputado federal (PCdoB-SP)
- ♦ Giovane Alves - professor da Unesp
- ♦ Rubens Aidar - ex-presidente do TRT/SP

29/11 - 9 horas

“Experiência concreta: como se arrecada e se gasta”

- ♦ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- ♦ Sindicato dos Bancários de São Paulo
- ♦ Federação dos Comerciantes de São Paulo
- ♦ Sindicato dos Metroviários de São Paulo
- ♦ Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

29/11 - 14 horas

“Propostas para superar a crise financeira”

- ♦ Antônio Augusto Queiroz - assessor do DIAP
- ♦ Remígio Todeschine - tesoureiro da CUT
- ♦ Altamiro Borges - coordenação do CES

LOCAL:

AUDITÓRIO DO HOTEL NÓBILIS
RUA SANTA IFIGÊNIA, 72,
1º ANDAR, CENTRO,
SÃO PAULO

TAXA DE INSCRIÇÃO:

MONITORES DO CES:

♦ ISENTOS

SINDICATOS CONVENIADOS:

♦ R\$ 40,00

SINDICATOS NÃO-CONVENIADOS:

♦ R\$ 100,00

MAIORES INFORMAÇÕES:

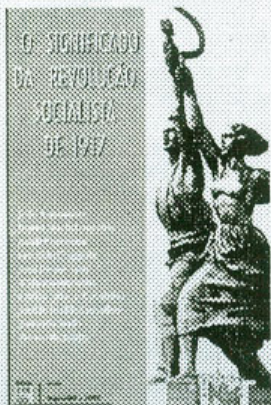
FALAR COM ANTÔNIA RANGEL OU
MÁRCIA DE ALMEIDA NO CENTRO DE
ESTUDOS SINDICAIS (CES)
FONE/FAX: (011) 289-1496



★
RECEBA EM CASA
OU NA SEDE DA SUA
ENTIDADE UMA
PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA
NO ESTUDO DO SINDICALISMO

★
UMA REVISTA DE
ANÁLISE, POLÊMICA
E INTERCÂMBIO
DE EXPERIÊNCIAS

★
A ASSINATURA DÁ DIREITO
A QUATRO EDIÇÕES,
CUSTA R\$ 30,00 E VOCÊ AINDA
GANHA DE BRINDE O LIVRO
"O SIGNIFICADO
DA REVOLUÇÃO
SOCIALISTA DE 1917"



ASSINE A REVISTA

DEBATE SINDICAL

Nome:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:
Telefone: ()	Fax:
Data da assinatura: / /	E-mail:
Entidade a que pertence:	

Preencha os dados em letra de fôrma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES).
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo-SP
CEP 01323-010, Fone/fax: (011) 289-1496

SEJA REPRESENTANTE DA DEBATE SINDICAL EM SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida
com o avanço do sindicalismo classista em nosso país.

Além disso, complemente seu orçamento,
recebendo 30% do valor da assinatura.

Entre imediatamente em contato com o
Centro de Estudos Sindicais para preencher
o seu cadastro e receber os materiais
de divulgação da "Debate Sindical".

FONE/FAX: (011) 289-1496